

DAE-HYEON CHO

OS CONFLITOS DA UNASUL PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, na área de concentração de Política Internacional, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira

RECIFE

2012

Catálogo na fonte

Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

C545c Cho, Dae-Hyeon.
Os conflitos da UNASUL para a integração regional / Dae-Hyeon
Cho. – Recife: O autor, 2012.
117 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,
CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2012.
Inclui bibliografia e anexos.

1. Ciência Política. 2. UNASUL. 3. Integração regional. 4.
Conflitos internacionais. 5. Economia. 6. Ideologia. I. Oliveira, Marcos
Aurélio Guedes de. (Orientador). II. Título.

320 CDD (22.ed.) (BCFCH2012-74)

UFPE

Ata da reunião da Comissão Examinadora para julgar a Dissertação do aluno **DAE-HYEON CHO** intitulada: ***Os conflitos da UNASUL para a integração regional***, para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco.

Às 15h do dia 15 de maio de 2012, no Auditório do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, reuniram-se os membros da Comissão Examinadora da Dissertação intitulada: ***Os conflitos da UNASUL para a integração regional***, composta pelos professores doutores: Marcos Aurélio Guedes de Oliveira (Orientador)UFPE, Ricardo Borges Gama Neto (Examinador Interno)UFPE, e João Policarpo Rodrigues Lima (Examinador Externo)UFPE. Sob a presidência do primeiro, realizou-se a arguição do candidato Dae-Hyeon Cho. Cumpridas todas as disposições regulamentares, a Comissão Examinadora considerou o candidato APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, eu, Quezia Cristina Cavalcanti de Moraes, secretária da Pós-graduação em Ciência Política, lavrei a presente Ata que dato e assino com os membros da Comissão Examinadora. Recife, 15 de maio de 2012.

Quezia Cristina Cavalcanti de Moraes (Secretária)

Profº Dr. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira (Orientador)UFPE

Profº Dr. Ricardo Borges Gama Neto (Examinador Interno)UFPE

Profº Dr. João Policarpo Rodrigues Lima (Examinador Externo)UFPE

Dae-Hyeon Cho (Mestre)

AGRADECIMENTOS

Sou grato ao Departamento de Ciência Política de Universidade Federal de Pernambuco que contribui para este trabalho e pesquisas desde que cheguei ao Recife. Aqui registro meu agradecimento a algumas destas pessoas e instituições, deixando a ressalvade que se trata de uma relação exaustiva.

Gostaria de agradecer em especial ao orientador Prof. Dr. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira, pela paciência e por ter aceitado orientar um estudante estrangeiro seu desconhecido, oriundo de outra área de conhecimento.

Aos professores do mestrado Dr. Ernani Rodrigues de Carvalho Neto e Dr. Ricardo Borges Gama Neto pelas aulas de Métodos e Técnicas de Pesquisa que contribuem para este trabalho.

Agradeço à minha amiga, Elisabeth Christina da Rocha Santos, que corrigiu este trabalho com paciência.

Finalmente, sou profundamente grato à minha esposa, So-young Pak, e ao meu filho, Jaehyeok Cho, e à minha filha, Yeon jin Cho que sempre estão ao meu lado.

RESUMO

A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) é um bloco de integração regional que foi criado em 23 maio de 2008, em Brasília, a partir da assinatura do seu Tratado Constitutivo pelos doze países sul-americanos. A UNASUL integra a política, a economia, a sociedade e a segurança na região sul-americana, com o objetivo de consolidar sua posição no cenário internacional.

Apesar das tentativas empreendidas pelos países-membros, observam-se os conflitos da UNASUL relacionados à integração regional. Para este trabalho formula-se uma hipótese a ser verificada a fim de analisar os fatores que causam os conflitos da UNASUL para integração regional. A hipótese é a seguinte:

Os conflitos da UNASUL para integração regional são provocados pela **assimetria econômica dos países e ideologia distinta dos presidentes** entre os países-membros.

Este trabalho concentra-se na assimetria econômica e ideologia distinta dos presidentes a fim de explicar os conflitos da UNASUL para integração regional.

Detalha-se três casos dos conflitos na UNASUL pela dimensão da ideologia distinta dos presidentes e da assimetria econômica dos países.

São eles: As bases militares norte-americanas na Colômbia; A crise entre Brasil e Bolívia no tocante ao gás natural; A refutação de invasão das terras entre a Colômbia, o Equador e a Venezuela.

Consequentemente, através dos três casos dos conflitos da UNASUL este trabalho testa-se a hipótese da assimetria econômica e a ideologia distinta dos presidentes.

Palavra-chaves: UNASUL; América do Sul; integração regional; Os conflitos da UNASUL; assimetria econômica; ideologia distinta.

ABSTRACT

The Union of South American Nations – UNASUR – is a regional integration block that was created in May 23, 2008, in Brasilia, from the signature of its Constitutive Treaty, signed by twelve Nations of the South American.

UNASUR integrates politics, economy, society and security in the South American region, aiming to consolidate its position in the international community.

Despite the efforts undertaken by member countries, there are conflicts of UNASUR related to regional integration. For this work, I formulate a hypothesis to be verified in order to analyze the factors that cause conflicts of UNASUR for regional integration.

The hypothesis is as follows:

Conflicts of UNASUR to regional integration are caused by the asymmetry of the countries economic and ideological characteristics of the presidents of member countries.

This work focuses on the economic asymmetry and distinct ideologies of presidents to explain the conflicts of UNASUR for regional integration.

Conflicts of UNASUR are as follows: The U.S. military bases in Colombia; The crisis between Brazil and Bolivia in relation to natural gas; The territorial dispute between Colombia, Ecuador and Venezuela.

Consequently, through the three cases of conflicts of UNASUR this study tests the hypothesis of economic asymmetry and distinct ideologies of presidents.

Keyword: UNASUR, South America, regional integration; conflicts of UNASUR; economic asymmetry; distinct ideology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. A integração regional	11
1.1 A definição da integração regional.....	12
1.2 A teoria da integração regional	13
1.2.1 O federalismo.....	14
1.2.2 O funcionalismo.....	15
1.2.3 O neo-funcionalismo.....	15
2. As assimetrias entre os países-membros da UNASUL.....	17
2.1 A assimetria econômica.....	19
2.2 As ideologias distintas dos presidentes.....	20
2.2.1 Os países da esquerda política.....	20
2.2.2 Os países do pró-americanismo.....	22
3. Três casos dos conflitos da UNASUL entre os países-Membros	25
3.1 As bases militares norte-americanas na Colômbia	
3.1.1 O acordo militar entre Colômbia e EUA.....	26
3.1.2 As relações estreitas Colômbia–EUA e o plano Colômbia.....	29
3.1.3 A disputa em relação às bases militares norte-americanas.....	35
3.2 A crise entre Brasil e Bolívia no tocante ao gás natural	
3.2.1 A história do surgimento da administração Evo Morales.....	47

3.2.2 A política da nacionalização.....	49
3.2.2.1 A cooperação entre a Bolívia e o Brasil com gás natural.....	50
3.2.2.2 O desdobramento da nacionalização.....	55
3.2.2.3 Decreto Supremo nº 28.701.....	57
3.2.3 A posição brasileira na crise com a Bolívia.....	63
 3.3 A refutação de invasão das terras entre a Colômbia, o Equador e a Venezuela	
3.3.1 A história de conflitos nas fronteiras.....	67
3.3.2 O desdobramento de invasão da fronteira.....	73
3.3.3 A posição do Equador.....	77
3.3.4 A posição do Venezuela.....	80
3.3.5 A posição do Colômbia.....	83
3.3.6 Os documentos das FARC.....	86
 4. Conclusão.....	89
 5. Referências Bibliográficas	
5.1 Artigos acadêmicos.....	92
5.2 Livros.....	93
5.3 Documentos oficiais.....	94
5.4 Artigos jornais.....	95
 6. Anexo	
Anexo A - A cronologia da crise entre o Brasil e a Bolívia	98
Anexo B – Tratado Constitutivo da UNASUL.....	103

Introdução

A ordem mundial tem perseguido o multilateralismo, o globalismo e o regionalismo simultaneamente. O regionalismo, que necessita da cooperação entre Estados próximos, ampliou-se no mundo. Esta tendência tem reorganizado a ordem mundial, como por exemplo, a União Europeia, cujo principal objetivo é promover uma economia livre, concorrencial e sem barreiras comerciais referentes às mercadorias, aos capitais, aos cidadãos e, nomeadamente, aos trabalhadores; e o Tratado Norte-Americano de livre comércio, do qual participam o Canadá, o México e os Estados Unidos da América, e ao qual se associa o Chile, para a redução de custos na troca de mercadorias entre os três países.

Além disso, há a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) na América do Sul, a qual integra a política, a economia, a sociedade e a segurança na região sul-americana, com o objetivo de consolidar sua posição no cenário internacional, sobretudo contra a União Europeia e o Tratado Norte-Americano de livre comércio.

A União de Nações Sul-americanas tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados (Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, artigo 2).

Conforme o artigo dois do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, a UNASUL cujo objetivo principal é construir um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político. No entanto, existe uma assimetria entre os países-membros na área cultural, social, econômica e política. Portanto, faz-se necessário eliminar a desigualdade econômica, social e política

inclusive a diferença da ideologia dos presidentes entre eles.

Neste trabalho se analisa as causas dos conflitos da UNASUL a partir do ponto de vista do neo-funcionalismo.

Mesmo que a democracia interna seja requisito prévio para a integração, os vínculos internacionais estreitos entre partidos políticos, associações profissionais, sindicatos laborais, organizações religiosas e outras instituições semelhantes seriam essenciais para a integração regional mais ampla (HAAS, 1963).

Haas explicou no que diz respeito à integração regional, sobretudo o que deveriam ser os obstáculos da integração regional.

A necessidade de alguma simetria ou igualdade econômica entre as unidades é uma das condições necessárias para o sucesso da integração (NYE, 2002).

E, observa-se extrema disparidade, sobretudo na área da economia e ideologia dos presidentes entre os países-membros da UNASUL. Considera-se que as assimetrias, juntamente com a instabilidade política, são os principais condicionantes regionais negativos à integração.

Observam-se ainda os conflitos da UNASUL relacionados à integração regional e tem-se curiosidade pelas causas da permanência desses problemas, apesar das tentativas empreendidas pelos países-membros.

Para este trabalho formula-se uma hipótese a ser verificada com o objetivo de analisar os fatores que causam os conflitos da UNASUL para integração regional. A hipótese é a seguinte:

Os conflitos da UNASUL para integração regional são provocados pela **assimetria econômica dos países e ideologia distinta dos presidentes** entre os países-membros.

A teoria do neo-funcionalismo está relacionada com a hipótese deste trabalho. Porque os principais neo-funcionalistas como Ernst B. Haas e Joseph S. Nye dissertam a respeito da integração regional, ou seja, sobre o requisito prévio para a integração e condições necessárias para o sucesso da integração. Segundo eles, a

simetria entre os países-membros é relevante para integração como na área da economia, da ideologia, dos partidos políticos, etc. Isso quer dizer que a assimetria entre eles é um obstáculo para integração regional.

Portanto, este trabalho concentra-se na assimetria econômica e ideologia distinta dos presidentes a fim de explicar os conflitos da UNASUL para integração regional.

Para alcançar os objetivos deste trabalho, analisaremos:

1. A teoria do neo-funcionalismo em relação à integração regional baseada na teoria de Haas a qual explica principal e detalhadamente as motivações e os obstáculos da integração regional, utilizando sua obra escrita em 1963 que leva título “BEYOND THE NATION-STATE: Funcionalismo and International Organization”,
2. A ideologia dos presidentes da Colômbia, do Equador e da Venezuela a qual está relacionada com o conflito das bases militares norte-americanas na Colômbia e a refutação da invasão entre eles em torno das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), classificando-os em duas partes como o país da esquerda política e da direita política,
3. Mostra-se a situação econômica dos países-membros enfocando na assimetria econômica dos países de acordo com o PIB.

Detalha-se três casos dos conflitos da UNASUL pela dimensão da ideologia distinta dos presidentes e da assimetria econômica dos países. Consequentemente, através dos três casos dos conflitos da UNASUL neste trabalho testa-se a hipótese da assimetria econômica e a ideologia distinta dos presidentes.

Na tentativa de atingir os objetivos deste trabalho, ele foi desenvolvido em quatro capítulos.

O primeiro capítulo apresenta as teorias da integração regional. Elas são várias. As principais são: Federalismo, funcionalismo, neo-funcionalismo. Entre elas este trabalho utiliza a do neo-funcionalismo a fim de explicar o fenômeno dos conflitos da integração regional, enfocando na teoria de Haas.

O capítulo dois menciona a assimetria econômica entre os países-membros e ideologias distintas dos presidentes que causam os conflitos da UNASUL, analisa as ideologias dos presidentes da Colômbia, da Bolívia e da Venezuela com o objetivo de explicar os conflitos existentes em torno das bases militares norte-americanas na Colômbia e a refutação da invasão entre a Colômbia, o Equador e a Venezuela, relacionada com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Enfatiza a diferença da ideologia entre a Venezuela, que representa como um país que tem principalmente esquerda política, e a Colômbia, cuja ideologia política tem pró-americanismo. No caso da situação econômica classifica os países-membros de acordo com o PIB para mostrar assimetria econômica entre eles.

O capítulo três toma como exemplo três casos dos conflitos que são provocados pela desigualdade econômica e as ideologias distintas dos presidentes. Os conflitos: As bases militares norte-americanas na Colômbia; A refutação da invasão entre Colômbia, Equador e Venezuela; A crise entre o Brasil e a Bolívia em torno do gás natural boliviano. Através dos três casos podem-se constatar as causas dos conflitos entre eles apesar da tentativa da integração regional.

No caso das bases militares norte-americanas na Colômbia e da refutação da invasão entre Colômbia, Equador e Venezuela podem ser explicadas pelas ideologias distintas dos presidentes enquanto a crise entre o Brasil e a Bolívia em torno do gás natural boliviano é explicada pela assimetria econômica.

Nas considerações finais destacamos os principais empecilhos da UNASUL para integração regional e o papel da UNASUL.

1. A integração regional

A integração regional é um conceito extensivo e equívoco. O termo da integração regional inclui não apenas o elemento político e econômico mas também os fatores sociais e culturais inclusive a questão de segurança. Entretanto, os dois seguintes elementos são indispensáveis para integração regional. Eles são a região e o interesse comum.

A proximidade territorial pode ser a condição necessária para integração regional

e o interesse comum faz com que os países membros tenham a possibilidade de ter interdependência. Os Estados que pretendem formar um grupo regional escolhem, a partir de seus interesses, o grau de associação pretendido, levando-se em consideração que cada nível de integração corresponde a uma renúncia crescente de competências próprias de sua soberania nacional.¹

Por outro lado, do ponto de vista da economia, a integração define o processo de promover com a diversidade de intercâmbio comercial.

Em geral, a integração regional econômica é desenvolvida através de três etapas: primeira, Zona de Livre Comércio; segunda, União Aduaneira; terceira, Mercado Comum.

1.1 A definição da integração regional

O conceito da integração regional tem sido definido pelos muitos eruditos com várias visões. Haas e Lindberg definem a integração regional como o processo enquanto Etzion e Deutsch a definem como a condição ou o estado. As definições da integração regional são as seguintes pelos eruditos:

Political integration is the process whereby political actors in several distinct national settings are persuaded to shift their loyalties, expectations and political activities toward a new centre, whose institutions possess or demand jurisdiction over the pre-existing national states. The end result of process of political integration is a new political community, superimposed over the pre-existing ones (HAAS, 1958, p16).

Na opinião de Haas (1958), a integração é um processo pelo qual os atores políticos em diversos cenários nacionais são persuadidos a trocar sua lealdade e suas expectativas para um centro mais amplo onde as instituições possuem ou demandam jurisdição sobre os estados nacionais.

¹ GUERRA, Sidney César Silva. **Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004

Ou seja, com a formação de novos interesses entre os estados, os membros da integração regional podem superar as divergências que existem entre si e começar a cooperar de forma que aumentem os assuntos em comum entre ambos. O autor ainda define a integração regional como algo concentrado no processo mais do que na condição ou no estado da integração regional, diferentemente de Etzion ou Deutsch.

Para Lindberg (1963), a integração política é o processo pelo qual os Estados renunciam ao desejo e à faculdade de conduzir independentemente uns dos outros a sua política externa, assim como as suas principais políticas domésticas e procuram tomar decisões em conjunto ou delegar o processo decisivo a um novo órgão central. O processo de integração regional, constituindo comunidade políticas, ocorre a partir do relacionamento entre unidades interdependentes (DEUTSCH, 1982, p.223). Nesse caso, considera-se uma comunidade política a reunião de atores políticos cuja interdependência é suficiente para alterar substancialmente os resultados de algumas decisões importantes de cada um deles (Idem, p.225).

Desta forma, as definições da integração regional são diferentes de acordo com o ponto de vista dos autores.

Contudo, os elementos indispensáveis para definir a integração regional são o espaço regional e os interesses em comum entre si.

1.2 A teoria da integração regional

No sentido amplo, o objetivo de integração regional é manter a paz, ou seja, pode ser a solução de conflitos entre os países e o desenvolvimento econômico. No entanto, a teoria geral da integração regional não distingue rigorosamente a prevenção de guerra ou os conflitos da questão do intercâmbio econômico da prosperidade. Porque a teoria da integração regional apenas enfatiza o complemento recíproco entre a política e economia.

As principais teorias da integração regional são fundamentalmente o federalismo, o funcionalismo e o neo-funcionalismo.

O federalismo considera a integração regional sob o aspecto de instituições e da lei; o funcionalismo dá importância ao desejo humano e à necessidade humana que existem no campo político; o neo-funcionalismo desenvolve como é que pode-se cooperar nos setores de economia e sociedade, que são menos polêmicos do que nos políticos e militares, e resolver os conflitos mutuais.

1.2.1 O federalismo

A. Etzioni e C.J.Friedrich são os eruditos que formaram o federalismo.

A teoria do federalismo considera a criação de instituições e explica que para a integração regional é necessário a criação das instituições para quais os Estados transfiram a soberania, de forma voluntária.

O processo federal progride através da força exercida por uma elite política conduzida por uma personalidade de relevo dos Estados que impelem a integração, como está acontecendo na União Européia.

Federalismo Mundial. Uma das mais antigas tradições do pensamento europeu, o federalismo avança uma solução para o problema da anarquia através de uma federação internacionais: os estados concordariam em abandonar os seus armamentos nacionais e aceitariam um certo nível de autoridade central(NYE,2002, p 262).

Os federalistas alegam que se constitui instituições supranacionais, a integração regional pode ser acelerada. Ou seja, a criação de um conjunto de instituições supranacionais se torna fundamental para que tenham bom funcionamento de um agrupamento regional de comércio, uma vez que tais instituições poderiam ajudar a gerirem um determinado tipo de políticas comuns, como já acontece com o Banco Central Europeu.

1.2.2 O funcionalismo

O principal pensador do funcionalismo é David Mitrany. O funcionalismo surgiu com o objetivo de manter a paz mundial através das instituições internacionais. É a teoria estratégica que possibilita a integração das áreas políticas e sociais através de acordos internacionais em áreas funcionais específicas (saúde, serviços postais, comunicações, etc). Os estados podem constituir organizações internacionais para dar execução às atividades requeridas e conseguir as vantagens da cooperação pacífica, sem dar muita importância às fronteiras políticas.

Devido às insuficiências do federalismo, foi desenvolvida a ideia do funcionalismo internacional. Popular na década de 1940, o funcionalismo sugeria que a cooperação econômica e social poderia gerar comunidades que atravessassem fronteiras nacionais, dessa forma eliminando a guerra. a soberania tornar-se-ia então menos relevante e, apesar da estrutura formal do estado continuar a existir, o seu conteúdo hostil seria drenado(NYE, 2002, p. 262).

Para Braillard (1977, p. 63) “a cooperação baseada nas necessidades funcionais deveria permitir, a longo prazo, uma verdadeira unificação de natureza política”.

Enfim, os funcionalistas defendem estabelecer instituições geridas em conjunto pelos Estados integrados através dos acordos institucionais mais amplos do que os propostos pelos federalistas a partir das áreas funcionais.

1.2.3 O neo-funcionalismo

A teoria neo-funcionalista foi utilizada para explicar principalmente a integração política e a integração europeia, no seu início. O neo-funcionalismo desempenhou um papel relevante no desenvolvimento das teorias da integração europeia (FAWCETT,1997).

O neo-funcionalismo foi desenvolvido por Ernst Haas, Joseph Nye, Karl W. Deutsch, etc. Está intimamente relacionado com os escritos de Haas e Deutsch. Para Haas (1964, p. 710) “integração significa o processo de transferência das expectativas excludentes de benefícios do Estado-nação para alguma entidade maior”.

Na teoria do neo-funcionalismo analisa-se que o reconhecimento de diferenças existentes entre dois regimes é o principal motivo da integração e da mudança na sociedade. Nesta teoria insiste-se que o papel do indivíduo e do grupo deve ser a principal chave para diminuir a assimetria dos dois regimes.

Na opinião de Haas (1956), existem quatro motivações básicas para uma integração regional: desejo de promover a segurança numa dada região, realizando a defesa conjunta contra uma ameaça comum; promover a cooperação para obter desenvolvimento econômico e maximizar o bem-estar; interesse de uma nação mais forte em querer controlar e dirigir as políticas de seus aliados menores, por meio de persuasão, de coerção ou de ambos; a vontade comum de constituir a unificação de comunidades nacionais numa entidade mais ampla.

O autor considera a importância dos estreitos vínculos entre elites ou importantes organizações nacionais como partidos políticos, sindicatos, associações profissionais, organizações religiosas e outras instituições semelhantes para uma integração regional ampla. Outra coisa importante para o sucesso da integração é a democratização do sistema político, uma vez que a existência da democracia permite aos diferentes grupos sociais a participação no processo de integração.

Por essa razão, Haas centrou-se nos grupos de interesses domésticos e partidos políticos para explicar e facilitar a integração regional.

Segundo Joseph Nye os fatores essenciais para o sucesso de um processo de integração são: simetria ou igualdade econômica das unidades; complementaridade positiva das elites; pluralismo (participação de diferentes grupos); capacidade dos estados-membros de se adaptarem e responderem (estabilidade interna). Para Nye (1971; 2002), a necessidade de alguma simetria ou igualdade econômica entre as unidades é uma das condições necessárias para o sucesso da integração e as assimetrias, juntamente com a instabilidade política, são os principais condicionantes regionais negativos à integração. Portanto, as assimetrias regionais

e a instabilidade interna são os obstáculos mais problemáticos para integração regional.

Outro neo-funcionalista, Deutsch, indica quatro condições básicas para ocorrer um processo de integração com sucesso.

Se as tarefas visando à integração têm, de fato, condições de ser cumpridas e se a integração terá ou não sucesso depende, em parte, das “condições básicas” prevalecentes nas unidades políticas a serem integradas e também entre elas. As condições de integração podem, de igual modo, ser agrupadas em quatro tópicos: importância recíproca das unidades; compatibilidade entre valores e certas vantagens conjuntas reais; influência mútua; e certo grau de identidade comum generalizada ou lealdade comum generalizada. Há uma interação dessas quatro condições, as quais podem reforçar umas as outras, mas, em princípio, cada uma delas deve ser analisada separadamente. (DEUTSCH, 1982, p 268)

Enfim, conforme os neo-funcionalistas, as instituições supranacionais, os estreitos vínculos entre elites ou importantes organizações nacionais, a simetria ou a igualdade entre os membros-países são essenciais para integração regional.

Isso quer dizer que se não tiverem os elementos essenciais entre os estados, haverá os obstáculos no processo de integração.

Como Haas, Deutsch e Nye mencionaram, os neo-funcionalistas enfatizam a importância da simetria ou igualdade para o sucesso da integração regional.

Portanto, este trabalho está baseado na teoria neo-funcionalista com o objetivo de explicar e analisar as causas dos conflitos da UNASUL para a integração regional.

2. As assimetrias entre os países-membros da UNASUL

A UNASUL foi criada oficialmente pelos 12 países sul-americanos em 23 de maio de 2008 com os objetivos da coordenação política, econômica e social da região,

além de avançar na integração física, energética, de telecomunicações.

Entretanto, desde o nascimento da UNASUL, observa-se enormes desafios a serem superados para integração regional. Os principais obstáculos na UNASUL são os seguintes: a assimetria econômica entre os países-membros; a ideologia distinta dos presidentes dos países.

Além disso, há outra diferença no sentido da população e superfície. Como a população e a extensão do país podem representar um fator importante para desenvolvimento individual de um país, a UNASUL não tem condição favorável para integração.

País	População	Area (Km ²)
Argentina	41, 769, 726	2, 791, 810
Bolívia	10, 118, 683	1, 098, 581
Brasil	203, 429, 773	8, 514, 877
Chile	16, 888, 760	756, 950
Colômbia	44, 725, 543	1, 138, 914
Equador	15, 007, 343	256, 370
Guiana	751, 000	214, 970
Paraguai	6, 459, 058	406, 750
Peru	29, 248, 943	1, 285, 220
Suriname	491, 989	163, 270
Uruguai	3, 308, 535	176, 220
Venezuela	27, 635, 743	916, 445

Tabela 1: População e extensão sul-americana

Fonte : CIA – The world factbook (2011)

Segundo tabela 1, os três maiores países em extensão territorial são a Argentina, o Brasil e a Venezuela. Eles ocupam 70% da superfície total e possuem 67% da população sul-americana. No caso do Brasil, ocupa mais de 40% de território sul-americano e possui quase 50% da população.

2.1 A assimetria econômica

A América do sul consiste em 12 países. Historicamente, os países sul-americanos tentam integrar-se para o desenvolvimento econômico e social através das comunidades cooperativas como Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Comunidade Andina (CAN), etc.

No entanto, existe a assimetria econômica entre os países da UNASUL, que já é um problema entre os países do MERCOSUL e os da CAN.

RANKING	COUNTRY	GDP(million of US dollars)
1	BRAZIL	1,594,490
2	VENEZUELA	326,133
3	ARGENTINA	307,155
4	COLOMBIA	234,045
5	CHILE	163,669
6	PERU	130,325
7	ECUADOR	57,249
8	URUGUAY	31,511
9	BOLIVIA	17,340
10	PARAGUAY	14,236
11	SURINAME	3,033
12	GUYANA	2,026

Tabela 2: O PIB dos países sul-americanos (2009)

Fonte: World Development Indicators database, World Bank (14 April 2011)

Na tabela acima mostra-se o PIB dos países-membros da UNASUL. De acordo com o PIB (2009), as economias sul-americanas são bastante desiguais, os três países maiores, a Argentina, o Brasil e a Venezuela detêm 77% do PIB regional, só o Brasil detêm 55%.

Comprovamos, portanto, a existência da assimetria econômica no caso dos países sul-americanos. Por exemplo, o PIB do Brasil é setecentos e oitenta e sete

vezes maiores do que o da Guiana.

Duvida-se que a UNASUL consiga a integração devido à assimetria econômica entre os países-membros, diferentemente da União Européia. Porque a desigualdade econômica pode ser uma barreira mais grave para a integração provocando algum problema entre os países-membros no sentido da integração social e política.

O Brasil e a Guiana, por exemplo, são países que estão em diferentes níveis de desenvolvimento econômico, provocando assim dificuldades para a ação em conjunto dos países da UNASUL.

2.2 As ideologias distintas dos presidentes

Na América do sul identifica-se a ideologia distinta entre os presidentes dos países. Essas diferenças ideológicas entre os governos de esquerda e de direita criam obstáculos que já atrapalham a integração regional, gerando alguns conflitos.

Os países de esquerda querem utilizar a UNASUL como um meio para livrar-se da dependência dos EUA, enquanto os países pró-americanistas² têm objetivo de manter boa relação com os países sul-americanos, separadamente da relação estreita com os EUA, para conseguir não apenas a firma do Free Trade Agreement (FTA) mas também o subsídio gratuito.

2.2.1 Os países da esquerda política

Os principais presidentes na América do sul que têm a ideologia de esquerda são Juan Evo Morales Ayma (presidente da Bolívia) e Hugo Chavez (presidente da Venezuela).

² o sentimento daqueles que aprovam a política e modo de vida dos Estados Unidos da América

Evo Morales não é apenas o líder do movimento de esquerda boliviano mas também o líder do partido Movimento para o Socialismo. O Movimento para o Socialismo (Movimiento al Socialismo em espanhol) é um partido político socialista boliviano, fundado em 23 de julho de 1987.

Os principais objetivos do Movimento para o Socialismo são os seguintes: Realizar igualdade social para as maiorias nativas da Bolívia; Nacionalizar os recursos energéticos; Promover um movimento de renovação moral, ética, política e de conduta; Lutar para integrar a sociedade boliviana ao mundo moderno em condições equitativas.

Mesmo que Morales tenha ficado em segundo lugar nas eleições presidenciais bolivianas de 2002, foi eleito com maioria absoluta, tornando-se o primeiro presidente de origem indígena nas eleições de Dezembro de 2005. Seu mandato começou desde o dia 22 de Janeiro de 2006, sendo reeleito em 6 de Dezembro de 2009.

Pode-se entender a ideologia de Morales através de seu discurso na conferência mundial dos povos sobre as Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra no dia 21 de abril de 2010.

Segundo ele, "O pior inimigo da humanidade é o capitalismo. Isso é o que provoca levantes como o nosso, uma rebelião contra o sistema, contra o modelo neoliberal, que é a representação de um capitalismo selvagem.

Se o mundo inteiro não tomar conhecimento dessa realidade, que os estados nacionais não estão provendo nem mesmo o mínimo para a saúde, educação e o desenvolvimento, então a cada dia direitos humanos fundamentais estão sendo violados."³ Ele também afirmou:

"...os princípios ideológicos da organização, anti-imperialista e contrária ao neoliberalismo, são claras e firmes mas seus membros ainda devem transformá-los em uma realidade programática."³

³ Notícia publicada em El País.com, de 21/04/2010. Disponível em:

<http://www.elpais.com/articulo/sociedad/Transgenicos/hormonas/causan/calvicie/homosexualidad/Evo/Morales/elpepusoc/20100421elpepusoc_7/Tes>. Acesso em: 11 jan.2011.

Morales é da ideologia de esquerda, por essa razão ele sempre apoia as políticas dos presidentes da esquerda da América latina: Fidel Castro, Néstor Kirchner e em especial o presidente venezuelano, Hugo Chávez, que também são de esquerda política.

Hugo Chávez (Sabaneta, 28 de julho de 1954) é o atual presidente da Venezuela desde 2 de fevereiro de 1999, foi o líder da Revolução Bolivariana e promove o socialismo no país. Ele estabeleceu o Movimento Quinta República, da esquerda política em 1997. O Movimento Quinta República é um partido político da esquerda da Venezuela. Ele é também um crítico do neoliberalismo, da globalização, e prefere manter as relações estreitas com os presidentes da esquerda buscando alianças com esses governos na América latina inclusive, com o governo do presidente iraniano, porém rejeita as relações exteriores dos Estados Unidos, promovendo o antiamericanismo e anticapitalismo na América do sul.

Por essa razão, o governo dos Estados Unidos trata Hugo Chávez como uma ameaça à democracia na América latina.

2.2.2 Os países do pró-americanismo

O ex-presidente colombiano, Álvaro Uribe Vélez, foi um presidente que tem a ideologia do pro-americanismo. Com efeito, ele teve muita divergência com a Venezuela, a Bolívia e o Equador que têm a ideologia de esquerda. O mandato dele foi de 7 de agosto de 2002 a 7 de agosto de 2010.

Considerando na relação internacional entre a Colômbia e os EUA, o Plano Colômbia é relevante para saber as relações estreitas entre dois países.

O plano Colômbia é um plano criado pelo governo dos EUA em 2000 com o objetivo de combater a produção de coca e às guerrilhas insurgentes e manter a paz na região, e é uma estratégia governamental para a paz, a prosperidade e o fortalecimento institucional.

O gráfico abaixo mostra-se quanto os EUA ajudaram a Colômbia através do Plano Colômbia.

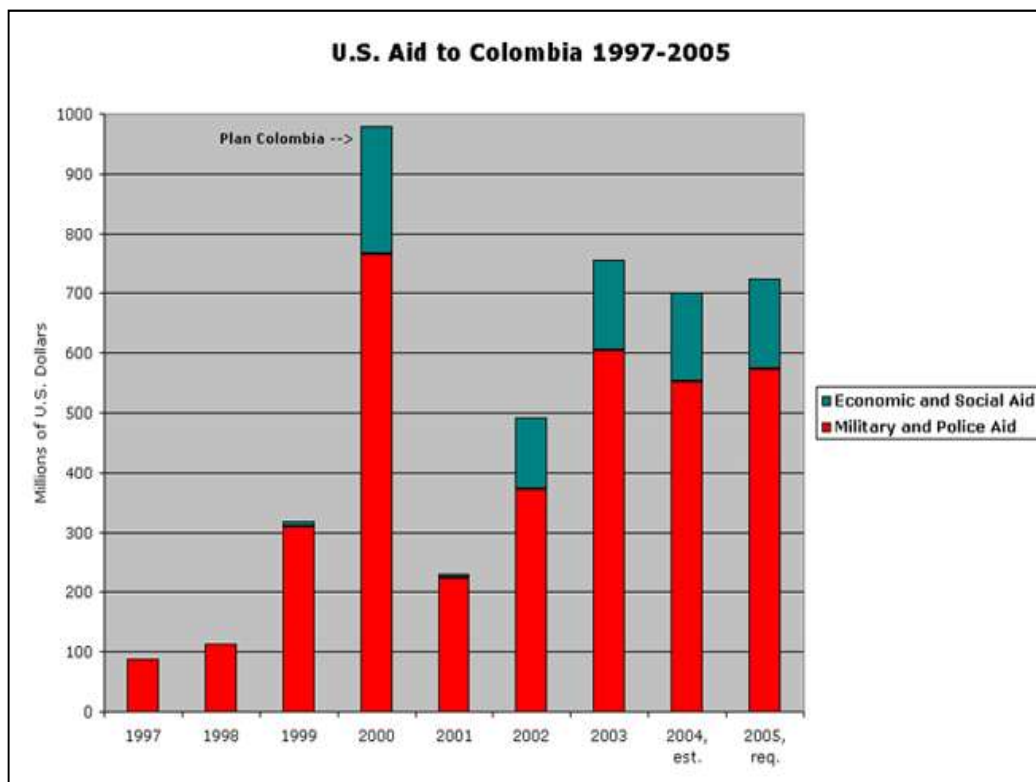


Gráfico 1: A ajuda financeira norte-americana à Colômbia no período de 1997 a 2005

Fonte: CENTER FOR INTERNATIONAL POLICY (U.S. Aid to Colombia Since 1997)

Como visto no gráfico 1, a Colômbia recebeu não apenas o apoio financeiro mas também o apoio militar dos EUA mantendo a relação estreita com os EUA para lutar contra traficantes e os grupos de esquerda e desenvolver a economia do país.

O Plano Colômbia contribuiu para diminuir a produção de coca e enfraquecer os grupos de esquerda para pôr fim à comercialização de entorpecentes na Colômbia.

Álvaro Uribe aprovando o acordo militar entre a Colômbia e os EUA no dia 30 de outubro de 2009 em relação ao uso de território colombiano para as bases militares norte-americanas, foi conhecido como o presidente de pro-americanismo e foi criticado como fosse um servo dos EUA pelos presidentes sul-americanos de esquerda. Portanto, durante a presidência, Álvaro Uribe provocou muitos choques com os presidentes de esquerda.

Juan Manuel Santos tomou posse da presidência colombiana no lugar de Uribe desde no dia 7 de agosto de 2010. Ele prefere manter e seguir as políticas de Uribe.

Juan Manuel Santos Calderón (Bogotá, 10 de agosto de 1951) é um político colombiano e atual presidente do seu país. Antes de ser eleito, também foi Ministro da Defesa no governo de Álvaro Uribe.

No dia 30 de maio de 2010, Juan Manuel Santos liderou o primeiro turno das eleições presidenciais com 46,57% dos votos. No dia 20 de junho, ele disputou o segundo turno das eleições contra Antanas Mockus, que havia recebido 21,5% dos votos. Juan acabou sendo então eleito com 68,9% dos votos (pouco mais de 9 milhões de votos), tornando-se o novo Presidente da Colômbia.

3. Três casos dos conflitos da UNASUL entre os países-Membros

Em comparação com os processos de integração passados, a UNASUL desenvolve-se em condições melhores. As condições melhores são as seguintes:

A maioria dos países-membros da UNASUL está em desenvolvimento econômico; Antigamente a integração era realizada por alguns países como o Brasil e a Venezuela, porém recentemente a integração é realizada por outros países como, por exemplo, a Colômbia, o Peru e a Argentina; A maioria dos países-membros da UNASUL tem melhorado a situação financeira quanto à dívida externa e à reserva de moeda estrangeira; A possibilidade da crise econômica dos países pobres como o Equador e a Bolívia foi diminuída.

Entretanto, há muitos problemas por resolver para a integração regional completa. A UNASUL nasceu com grandes desafios a serem superados e diversos problemas que poderiam ser os obstáculos para integração regional, tais como a assimetria econômica existente, a ideologia distinta dos presidentes, as questões energéticas e políticas sensíveis como os conflitos entre a Colômbia, o Equador e a Venezuela em torno das bases militares dos EUA na Colômbia.

Os processos de integração na América do Sul não se encontram fortalecidos, principalmente devido a diferenças ideológicas, disparidade de visão sobre as vias de desenvolvimento econômico, disputas bilaterais e uma sensação de paralisia que tem agravado as sérias fraturas no interior dos blocos comerciais regionais (SCHMIED, 2000, p. 111).

Os conflitos principais são os seguintes: primeiro, existe muita diferença ideológica dos presidentes entre os países-membros: a Venezuela, o Equador, a Bolívia, a Colômbia, o Chile e o Peru.

A Venezuela, o Equador e a Bolívia são os países da esquerda política, enquanto a Colômbia, o Chile e o Peru são pró-americanistas. Os de esquerda querem utilizar

a UNASUL como um meio para livrar-se da dependência dos EUA, contudo, os pró-americanistas têm como objetivo manter a relação com EUA, para conseguir não apenas a assinatura do FTA, mas também o subsídio gratuito.

Segundo, os problemas de abastecimento de gás natural da Argentina, do Brasil e do Chile, de acordo com a Bolívia, são causados pelo estabelecimento de uma política para nacionalizar a indústria de energia.

Terceiro, a refutação de invasão do território entre a Colômbia, o Equador e a Venezuela relacionada com as FARC.

O objetivo desse capítulo é mostrar e conhecer quais são os obstáculos entre os países-membros para integração regional tomando como exemplos três casos dos conflitos, apesar da tentativa deles para integração regional há muitos anos devido à **assimetria econômica e ideologia política distinta dos presidentes** entre os países-membros.

3.1 As bases militares norte-americanas na Colômbia

3.1.1 O acordo militar entre Colômbia e EUA

O acordo militar entre Colômbia e Estados Unidos foi assinado a portas fechadas na sede do Ministério das Relações Exteriores em Bogotá, Colômbia, no dia 30 de outubro de 2009 pelo ministro colombiano Jaime Bermúdez e pelo embaixador dos Estados Unidos em Bogotá William Brownfield.⁴

O polêmico acordo militar permite aos EUA colocarem na Colômbia em torno de 1.400 pessoas (800 militares estadunidenses e 600 civis norte-americanos) que trabalham para o governo estadunidense com o intuito de combaterem o narcotráfico e o terrorismo durante os dez anos seguintes, para isso, realizam investimento até US\$ 5 bilhões na Colômbia.

⁴ Notícia publicada em Folha Online, “**Colômbia e EUA assinam polêmico acordo para uso de bases militares**”, às 11: 01, de 30/10/2009. Disponível em:

< <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u645506.shtml>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

Os dois governos divulgaram o texto oficial do convênio chamado de “Acuerdo complementario para la Cooperación y Asistencia Técnica en Defensa y Seguridad entre los Gobierno de la República de Colombia y de los Estados Unidos de América”. O texto oficial apresenta as localizações das bases militares norte-americanas na Colômbia.

El Gobierno de Colombia, de conformidad con su legislación interna, cooperará con los Estados Unidos, para llevar a cabo actividades mutuamente acordadas en el marco del presente Acuerdo y continuará permitiendo el acceso y uso a las instalaciones de la Base Aérea Germán Olano Moreno, Palanquero; la Base Aérea Alberto Pawells Rodríguez, Malambo; el Fuerte Militar de Tolemaida, Nilo; el Fuerte Militar Larandia, Florencia; la Base Aérea Capitán Luis Fernando Gómez Niño, Apíay; la Base Naval ARC Bolívar en Cartagena; y la Base Naval ARC Málaga en Bahía Málaga; y permitiendo el acceso y uso de las demás instalaciones y ubicaciones en que convengan las Partes o sus Partes Operativas (O texto do acordo militar entre a Colômbia e os EUA, Artigo IV, número 1).

O acordo militar permite aos EUA o uso de sete bases, sendo três bases aéreas (Palanquero, Malambo, Tolemaida); duas bases da Marinha (Cartagena, Bahía Málaga); duas bases do Exército (Apiay, Larandia) no território colombiano (Figura 1 a seguir).



Figura 1: As localizações das sete bases militares norte-americanas

Fonte: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/elpais/2009/08/06/ult581u3410.jhtm>>

Estão concernidas pelo menos três bases aéreas, duas bases da Marinha e outras duas do Exército, em particular, a de Palanquero (180 km a oeste de Bogotá), que dispõe de pista de pouso adaptada a aviões militares cargueiros, facilitando aos militares americanos a projeção para além das fronteiras colombianas, segundo os detratores do acordo.⁵

De fato, além da Colômbia, já há também outras bases militares norte-americanas na América do sul. Porém, o acordo militar entre a Colômbia e os EUA provoca a polêmica por causa da capacidade de alcançar sobre a América do sul a partir da base Palanquero na Colômbia.



Figura 2: Presença militar norte-americana na América do Sul

Fonte: Estudo do Exército “Presença norte-americana nos países da América do Sul” (2002), atualizado com dados colhidos do livro Formação do Império Americano (2005), de Luiz Alberto Moniz Bandeira. Disponível em: <<http://www.h2foz.com.br/noticia/estudo-revela-presenca-militar-norte-americana-na-fronteira>>

⁵ Notícia publicada em Folha Online, “**Bases dos EUA na Colômbia ameaçam governos revolucionários, diz Evo**”, às 15: 07, de 31/10/2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u646078.shtml>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

Geograficamente, as bases militares da Colômbia, ficam próximas aos países vizinhos como o Brasil, o Equador, o Peru e a Venezuela. Os militares norte-americanos têm a capacidade de cobrir a metade da América do sul para operação militar através das bases militares na Colômbia.

3.1.2 As relações estreitas Colômbia–EUA e o plano Colômbia

A Colômbia, país da América do sul, se libertou da Espanha em 1810, tornando-se uma república presidencial democrática representativa.

É conhecida pela alta produção de café e drogas, sendo o país mais importante do tráfico internacional de drogas em relação à cocaína, da qual é a principal fornecedora mundial.

Após a guerra fria, diferentemente da maioria dos países sul-americanos, a Colômbia não se livrou da guerra interna. Ainda existe graves conflitos armados internos na Colômbia, ocasionados principalmente pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

As FARC foram estabelecidas em 1964 como aparato militar do Partido Comunista Colombiano, se fundamentaram através dos princípios e ideais socialistas, promovendo projetos anti-imperialistas e anti-capitalistas e desenvolveram as idéias defendidas pelo líder latino-americano Simon Bolívar⁶, apoiando uma auto-sustentabilidade e independência contra as interferências externas, lutando pela implantação do socialismo na Colômbia.

⁶ Simon Bolívar (1783-1830) foi um aristocrata em que lutava e defendia a idéia da libertação da América Latina no período colonial, ou seja, a independência dos países. Atualmente, ele se tornou símbolo da luta contra as influências externas nos países latinos americanos, podendo se citados principalmente a Venezuela, a Bolívia e a Colômbia (URQUIDI, 1970).

Não obstante, devido a pouca aceitação por parte principalmente dos EUA e da Colômbia, em função das práticas de carácter ilícito desempenhadas por esta entidade, haja vista o financiamento de suas ações por meio do capital arrecadado pelo narcotráfico, contrabando de armas e, até mesmo, pela práticas de sequestros em território colombiano, as FARC também são classificadas com grupo terrorista, passando-lhes a ser rechaçadas qualquer tipo de apoio, seja político ou institucional frente as causas que declaram defender (MEZA, R. 2001).

Os governos da Colômbia, dos EUA e da União Européia definem as FARC como organização terrorista, enquanto os governos de Africa, Equador, Bolívia, Brasil, Argentina e Chile não lhes aplicam esta classificação.

Segundo a definição concedida pelos Estados Unidos às FARC, no mandato do presidente George W. Bush, as FARC são um grupo terrorista⁷ na qual é considerada como uma ameaça inerente à paz mundial e que deve ser combatida, independentemente de quão custoso isso se torne (AMIN, M. 2004).

Segundo Hugo Chávez, a classificação de terroristas atribuída às FARC é concedida de forma equivocada, pois de acordo com ele esta entidade compõe um verdadeiro exército que ocupa o território colombiano e, portanto precisa ser reconhecido como força insurgente que além de possuir um projeto político, este é legítimo (NETO, R. 2008).

O governo colombiano tem lutado contra o poder armado dos traficantes, e de grupos de intelectuais, que lutam contra a situação assimétrica social e as organizações de guerrilheiros.

Os principais grupos paramilitares de guerrilha na região são: o ELN(Exército de Libertação Nacional); o ELP(Exército de Libertação Popular); o M-19(Movimento revolucionário 19 de abril); as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia).

A guerra interna da Colômbia foi iniciada pelo conflito ideológico da esquerda e da direita. A desigualdade social fez com que os poderes da esquerda pudessem lutar contra o governo colombiano como a maioria dos países sul-americanos fizeram.

⁷ Existe uma extensa discussão entorno da qual se define a partir de quais circunstancias um determinado grupo pode ser classificado como terrorista. Neste caso específico, os Estados Unidos referem-se às FARC como terrorista pelo fato desta praticar e disseminarem o terror no meio da sociedade. Para mais detalhes ver: BRANT, L. *Terrorismo e Direito*, Ed: Forense, 2003.

Contudo, além do conflito ideológico da esquerda e da direita, a guerra interna colombiana tem outro motivo cultural e histórico. Cerca de 100.000 colombianos morreram na guerra dos Mil Dias que aconteceu entre os anos de 1899 e 1902, além desse fato, também 200.000 colombianos morreram em função da guerra interna(1848-1958). A força militar da Colômbia é considerada o meio principal para controlar os inimigos, visam, não fazendo uso da conciliação nem da moderação para com seus inimigos, somente a vitória.

Portanto, mesmo que ela tenha tido a democracia onde a troca de regime é realizada através de eleição, não se dá legitimidade à democracia(ou a democracia não é consolidada), uma vez que os que tomaram o poder oprimem o opositor político.

Por essa razão, ainda permanece a guerra interna na Colômbia apesar de que o exército rebelde da esquerda na maioria dos países sul-americanos tenha sido enfraquecido ou eliminado após a guerra fria. Em especial, os grupos da esquerda da Colômbia ligados aos traficantes sustentam sua organização recebendo o apoio deles.

Como resultado, independente do objetivo inicial puro, os grupos da esquerda da Colômbia seguem a tradição cultural e histórica de assumir o direito revestido e o poder político através da força militar. À medida que as FARC têm ampliado sua influência na região, desde 1990, os Estados Unidos buscam implantar o Plano Colômbia com o intuito de ajudar o governo colombiano a combater às guerrilhas e ao narcotráfico.

O Plano Colômbia é uma estratégia governamental criada pelo governo norte-americano em 2000 a fim de combater a produção e o tráfico de cocaína na Colômbia e para a paz, a prosperidade e o fortalecimento institucional, além de desestruturar as guerrilhas de esquerda, como as FARC, com ajuda financeira e militar dos EUA ao governo colombiano.

Esse plano funcionava da seguinte forma : quando plantações de maconha eram encontradas em qualquer lugar, enviavam-se aviões carregados de veneno que era atirado sobre as plantações de maconha para que a droga fosse inutilizável. Quando Andrés Pastrana⁸ tomou posse da presidência colombiana, sua administração percebeu os problemas graves no país. Os problemas são seguintes: a recessão

econômica; a inflação cada vez maior; o aumento da produção de entorpecentes na região rural; o nível de desemprego; a expansão dos grupos paramilitares e os ataques, dos grupos guerrilheiros nas regiões rurais e urbanas.

Para solucionar tais problemas, em 1999, o Presidente colombiano apresentou o Plano Colômbia que, conforme o discurso oficial, tinha como objetivos os seguintes pontos: (I) processo de paz; (II) economia colombiana; (III) desenvolvimento social e democrático; (IV) luta contra o “narcotráfico”; (V) reforma do sistema judicial e proteção aos direitos humanos.⁹

Para por um fim ao conflito interno tão complicado e ameaçado, o governo colombiano aceitou o Plano Colômbia que é uma estratégia governamental para a paz, a prosperidade e o fortalecimento institucional.

Para a efetivação do Plano, havia no projeto inicial a alegação de que seria preciso um montante de US\$ 7 bilhões, dos quais US\$ 4 bilhões seriam fornecidos pelo governo colombiano e o restante viria de contribuições da comunidade internacional e de instituições financeiras multilaterais.¹⁰

⁸ Andrés Pastrana, o ex-presidente colombiano(1998~2002), eleito presidente da Colômbia em 1998, e também devido à criação do Plano Colômbia para a militarização do combate às drogas e assemelhou-se às estratégias dos governos republicanos de Reagan e Bush.

⁹ GUZZI , André Cavaller. **AS RELAÇÕES EUA-AMERICA LATINA: MEDIDAS E CONSEQUENCIAS DA POLÍTICA EXTERNA NORTEAMERICANA PARA COMBATER A PRODUÇÃO E O TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS**. Dissertação apresentada ao programa interinstitucional (PUC-SP/UNESP/ ÚNICAMP) de mestrado em Relações Internacionais, São Paulo, 2008, 62 p.

¹⁰ DIAZ-RIVILLAS, B. **Política Exterior de los EEUU hacia Colombia: el paquete de ayuda de 1.300 millones de dolares de apoyo al Plan Colombia y la región andina**. v.31 Salamanca: América Latina Hoy, 2002. 175 p.

Em 2000, o Congresso dos EUA aprovou uma contribuição de US\$ 1,3 bilhões para o Plano. Desse total, US\$ 860,3 milhões foram destinados para a assistência à Colômbia e os outros US\$ 329 milhões, deliberados no ano fiscal de 2000, foram repartidos entre Bolívia, Colômbia, Equador e Peru com o intuito de auxiliar estes países na erradicação de coca, na criação de postos de fiscalização na fronteira com a Colômbia, no desenvolvimento de programas sociais e no incremento do arsenal militar das polícias locais.¹¹

Conforme a tabela 3 abaixo, os US\$ 860,3 milhões para a Colômbia foram investidos em diversos setores: assistência aos poderes de segurança do país (Forças Armadas e Polícia Nacional); assistência aos programas alternativos; Direitos Humanos; Reforma Judiciária; processo de paz, etc.

	Valor (em US\$ milhões)	% do total
Assistência militar	519,2	60,3%
Assistência policial	123,1	14,3%
Desenvolvimento alternativo	68,5	7,9%
Assistência a refugiados	37,5	4,3%
Direitos humanos	51,0	6,0%
Reforma judiciária	13,0	1,6%
Aplicação de Lei	45,0	5,3%
Processo de paz	3,0	0,3%
Total	860,3	

Tabela 3: O Plano Colômbia – Assistência para a Colômbia

Fonte: Center For International Policy (CIP) (www.ciponline.org/colombia/)

Com o Plano Colômbia, a Colômbia tornou-se o quinto maior Estado a receber assistência militar dos EUA por seis anos entre 1999 e 2004, depois do Israel, do Egito, do Paquistão e da Jordânia.

Ranking	Country	Six- Year Total('99~'04)
1	ISRAEL	\$18, 918, 736, 000
2	Egypt	\$12,148, 059, 540
3	Pakistan	\$4, 691, 883, 397
4	Jordan	\$3, 651, 464, 688
5	Colombia	\$3, 598, 062, 665
6	Afghanistan	\$2, 672, 198, 836

Tabela 4: Os seis maiores receptores de assistência militar dos Estados Unidos entre 1999 e 2004

Fonte: Associação Internacional de Jornalistas e Investigadores (ICIJ). Disponível em:

< <http://projects.publicintegrity.org/MilitaryAid/>>. Acesso em: 10 de jun de 2011.

Depois que Álvaro Uribe tomou a posse da presidência colombiana, estava interessado em avançar na estratégia de internacionalização dos conflitos internos para cumprir sua agenda doméstica, Álvaro Uribe afirmava que: “Na Colômbia não existe guerra, aqui temos terrorismo de grupos armados contra o Estado e a sociedade, e, isto deve ser resolvido rapidamente” (URIBE apud QUIROGA, 2003: 164). Ele precisava de aliado estreito com o intuito de realizar sua agenda doméstica e promover a paz na região através da cooperação internacional.

Os Estados Unidos responderam à Colômbia positivamente dizendo que: “A Colômbia pode derrotar os terroristas, mas necessita de ajuda dos amigos. Nossos valores, nossa segurança e o futuro do nosso continente estão ligados à vitória da Colômbia em sua guerra contra o terrorismo [...] O presidente Bush já pediu ao Congresso autorização para oferecer ajuda militar e de inteligência ao governo colombiano para sua guerra contra o terror” (The Washington Times, 19/6/2002).

¹¹ RIPPEL, M. P. **O Plano Colômbia como instrumento da política norte-americana para a América Latina e suas consequências**. Marinha do Brasil – Escola Naval de Guerra. 2004. 4-5 p.

O Plano Colômbia é um instrumento estratégico norte-americano, mas para a Colômbia, ele é um meio indispensável tanto para melhorar a economia colombiana e a estabilidade nacional quanto para combater ao narcotráfico e ao terrorismo através da cooperação estreita com os EUA.

Nesse sentido, as bases militares norte-americanas tornam-se indispensáveis para a Colômbia.

O Plano Colômbia parece constituir um instrumento da estratégia norte-americana para favorecer seus interesses na América Latina, particularmente nas Regiões Amazônica e Andina. Esses interesses seriam: promover a disseminação de instituições democráticas; o incremento do comércio e de oportunidades de investimento para os empresários e trabalhadores norte-americanos; e a redução da produção de narcóticos e do narcotráfico que ameaçam a sociedade estadunidense (RIPPEL, 2004, p. 16).

Quando se analisa as relações entre a Colômbia e os EUA, fica claro que ela é influenciada pelos EUA, em grande parte do tempo no que se refere ao combate ao narcotráfico e ao terrorismo. Desde que a Colômbia perdeu o Panamá no início do século XX, mantêm-se uma relação estreita entre ela e os EUA.

3.1.3 A disputa em relação às bases militares norte-americanas

O conflito em relação às bases militares norte-americanas está diretamente relacionado com a ideologia política distinta dos países-membros da UNASUL, cujas ideologias são divididas entre os países da esquerda política e os do pró-americanismo.

O acordo militar entre a Colômbia e os Estados Unidos provoca uma grande polêmica entre os países sul-americanos em torno das bases militares norte-americanas na Colômbia. Sobretudo, os principais países da esquerda política na América do sul como a Bolívia, o Equador e a Venezuela criticam fortemente o

acordo militar entre Colômbia e Estados Unidos. Enquanto os países da esquerda política insistem que as bases norte-americanas seriam uma conspiração militar a fim de invadir o seu território e bloquear a revolução bolivariana, a Colômbia e os EUA afirmam que as bases são o apoio para operações militares de luta contra o narcotráfico e o terrorismo, e que o acordo não permite aos EUA agredir países vizinhos.

O governo colombiano divulgou o texto oficial do acordo militar para explicar os objetivos do acordo. Os objetivos são os seguintes:

En el espíritu del Preámbulo de este Acuerdo y de conformidad con los acuerdos bilaterales y multilaterales pertinentes de los cuales Colombia y los Estados Unidos sean parte, en particular aquellos atinentes a la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo y con sujeción al ordenamiento jurídico de cada una de las Partes, éstas acuerdan profundizar su cooperación en áreas tales como interoperabilidad, procedimientos conjuntos, logística y equipo, entrenamiento e instrucción, intercambio de inteligencia, capacidades de vigilancia y reconocimiento, ejercicios combinados, y otras actividades acordadas mutuamente, y para enfrentar amenazas comunes a la paz, la estabilidad, la libertad y la democracia (O texto do acordo militar entre a Colômbia e os EUA, Artigo III, número 1).

Segundo o governo colombiano, os objetivos do acordo são claros. Como foi escrito no texto oficial acima, o acordo é para lutar contra o narcotráfico e o terrorismo, através de cooperação internacional para contribuir com a paz, a liberdade e a democracia na região.

Para isso, ambos os governos manterão o acordo militar durante 10 anos.

Este Acuerdo permanecerá vigente durante un período inicial de diez años y en adelante, sujeto a revisión y acuerdo por escrito de las Partes, será prorrogable por periodos adicionales de diez años. Además, cualquiera de las Partes tiene el derecho de terminar este Acuerdo al final de los periodos de diez años respectivos mediante notificación escrita de su propósito de terminar el Acuerdo enviada a la otra Parte por la vía diplomática, con un

año de antelación(O texto do acordo militar entre a Colômbia e os EUA, Artigo XXV, número 2).

Apesar da divulgação do texto oficial a respeito dos objetivos do acordo, gerou-se questionamentos entre os países da América do sul. Questionou-se as intenções verdadeiras do acordo, além de combater ao narcotráfico e à guerrilha das FARC.

Um documento que foi publicado pelo norte-americano, o *White Paper* do Air Mobility Command norte-americano intitulado *Global en Route Strategy* (AIR MOBILITY COMMAND, 2009) fez com que os países sul-americanos desconfiassem do real motivo do acordo, que na verdade seria aumentar a capacidade do poder estadunidense sobre a América do Sul.

O trecho do *White Paper* aumentou as discussões a cerca do assunto entre os vizinhos devido ao seguinte parágrafo:

[...]USSOUTHCOM has identified Palanquero, Colombia (German Olano Airfield (SKPQ), as a cooperative security location (CSL). From this location, nearly half of the continent can be covered by a C-17 without refueling. Should suitable fuel be available at the destination, a C-17 could cover the entire continent, with the exception of the Cape Horn region in Chile and Argentina. Until such time that USSOUTHCOM establishes a more robust theater engagement plan, the strategy to place a CSL at Palanquero should be sufficient for air mobility reach on the South American continent (WHITE PAPER AIR MOBILITY COMMAND GLOBAL EN ROUTE STRATEGY, 2009, p. 22).

Este documento menciona a base colombiana de Palanquero como um dos objetivos para a mobilização de tropas. Ou seja, a base de Palanquero na Colômbia é como um local de segurança a ser utilizada por forças norte-americanas e da base Palanquero, quase a metade do continente sul-americano não apenas se pode ser coberto pelo C-17¹², grandes aviões de transporte, sem a necessidade de reabastecimento mas também seria possível alcançar o todo o continente a exceção de *the Cape Horn region in Chile and Argentina*. C-17 deve ser

suficiente para a estratégia de mobilidade aérea no continente sul-americano.

Em função da posição estratégica das bases militares, o acordo provoca as desconfianças dos outros países sul-americanos, eles estão preocupados com a capacidade de alcance do avião C-17 a partir da base Palanquero.

Por isso, eles querem descobrir o objetivo real do acordo militar. Conforme a Estratégia Sul-Americana – *White Paper* Air Mobility Command – Global en Route Strategy(2009), as bases militar na Colômbia poderiam ser um instrumento de os EUA para atingirem um amplo raio de ação aérea na América Latina.



Figura 3: A distância possível de operação militar

Fonte: AIR MOBILITY COMMAND (2009), p. 23.

O novo acordo militar considera um aumento significativo da circulação de navios de guerra estadunidenses nos portos de Málaga (Pacífico) e Cartagena (Caribe).

Enfim, as bases na Colômbia podem ter capacidade de controlar uma área muito mais ampla.

¹² C-17 Globemaster III is designed to full military and humanitarian airlift needs well into the 21st century. **Range with payload :**

160,000 pounds : 2,420 nautical miles
40,000 pounds (paratroops) : 5,610 nautical miles
1 mile = 1.609 km, 5, 610 miles = 9026.49 km

Com efeito, existe alguma discordância entre os países-membros com respeito às bases militares dos EUA na Colômbia, ou seja, enquanto a Colômbia e o EUA explicam que elas servem estritamente para realizar operações de luta contra o narcotráfico e o terrorismo, os países da esquerda política como a Bolívia, o Equador e a Venezuela insistem que elas são uma ameaça muito grave contra a segurança regional da América do sul.

Pode-se dizer que a discordância entre eles é devido à ideologia política distinta dos presidentes. De fato, são os países da esquerda tais como a Bolívia, o Equador, a Venezuela que apresentam forte discordância a respeito do acordo militar entre a Colômbia e os EUA.

As críticas em relação às bases militares dos EUA na Colômbia são as seguintes: O acordo, assinado entre os Estados Unidos e a Colômbia, para que os militares americanos utilizem sete bases colombianas, é dirigido contra os governos revolucionários da América Latina, afirmou o presidente boliviano Evo Morales.¹³

"As bases militares são contra os governos, os presidentes e os movimentos sociais revolucionários da América Latina", insistiu o presidente boliviano ao falar à imprensa. "Essas bases não são para combater o narcotráfico", acrescentou.

A oposição ao acordo é liderada pelo presidente venezuelano, Hugo Chávez, que afirma que o acordo é um passo a mais nos planos de Washington para invadir o seu território e bloquear a sua revolução bolivariana a favor dos mais pobres.¹⁴

¹³ Notícia publicada em Folha Online, "**Bases dos EUA na Colômbia ameaçam governos revolucionários, diz Evo**", às 15: 07, de 31/10/2009. Disponível em:

< <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u646078.shtml>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

¹⁴ Notícia publicada em Folha Online, "**Colômbia e EUA assinam polêmico acordo para uso de bases militares**", às 11: 01, de 30/10/2009. Disponível em:

< <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u645506.shtml>>. Acesso em: 19 abr. 2010.

¹⁵ **Revolução Bolivariana** é o termo criado pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, para designar as mudanças políticas, econômicas e sociais iniciadas com seu acesso ao governo. A revolução está baseada, segundo Chávez, no ideário do libertador Simón Bolívar (apesar das ideias liberais deste, o que muitos consideram uma contradição) e tem como objetivo chegar a um novo socialismo. Uma de suas primeiras medidas foi aprovar, mediante referendo, a constituição de 1999. Os principais componentes da revolução são as missões bolivarianas, os círculos bolivarianos e a busca pela integração latino-americana.

Segundo o presidente venezuelano, sete bases militares na Colômbia são consideradas uma ameaça tanto para a revolução bolivariana¹⁵ como para o continente, elas provocariam uma guerra na América do sul e o governo colombiano é um regime de ultradireita lacaios do imperialismo.

Do mesmo modo, a Colômbia acusa a Venezuela de apoiar a guerrilha que é considerada terrorista pelo governo colombiano.

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, advertiu que o acordo que permitirá aos Estados Unidos utilizar sete bases militares no território da Colômbia pode desencadear uma guerra na América do Sul e acrescentou que seu país firmará um acordo armamentista com a Rússia.¹⁶

Em novembro de 2008 os presidentes da Venezuela e da Rússia firmaram um acordo não apenas para a construção de uma usina nuclear mas também para a compra de armas russas.

Venezuela's populist President, Hugo Chavez, has taken a hostile approach to relations with the United States in recent years. Thus his decision to seek advanced military equipment from Russia is a matter of U.S. concern. Chavez appears embarked on a effort to make Venezuela an important military force in Latin America. And since he has made clear that he plans to obtain additional advanced weapons systems from Russia, there is concern that such purchases could stimulate other states in the region to seek comparable weapons systems as a counterweight to Chavez's military buildup. (GRIMETT, 2008, p.11)

Grimett (analistas de segurança dos Estados Unidos) menciona a relação entre a Venezuela e a Rússia a respeito do acordo militar, e o envolvimento da Rússia na América do sul é significativo. O acordo entre as duas poderia provocar outro conflito entre os membros do grupo, como a corrida armamentista na região.

¹⁶ Notícia publicada em DW-WORLD.DE, “**Bases militares dos EUA na Colômbia criam atritos na América Latina**”, 08/08/2009. Disponível em:

< <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,4551926,00.html>>. Acesso em: 19 abr. 2010.

No entanto, Chávez justificou seu acordo militar com a Rússia criticando o acordo entre a Colômbia e os EUA. Porque na Venezuela não existem as bases militares chinesas ou russas ou presença militar destes países, apesar de comprar armas deles e o acordo entre a Colômbia e os EUA deve ser uma parte da estratégia militar global dos Estados Unidos mais do que a luta contra o tráfico de drogas. Ele também afirmou que o império dos EUA, lamentavelmente, não desaparece, ainda que a União Soviética tenha sumido há muito tempo.

Assim, Chávez trata o acordo militar entre a Colômbia e os EUA como um meio do imperialismo dos EUA e uma ameaça na América do sul.

JOSÉ GENOÍNO, um político brasileiro, fez o seguinte discurso na CÂMARA DOS DEPUTADOS, no que diz respeito às bases militares norte-americanas na Colômbia.

[...] Os Estados Unidos assumem a condição de réu-confesso quanto à decisão política de influir, intervir, pressionar a América do Sul, tendo como alvo o combate aos movimentos sociais e aos governos progressistas, aqui conceituados como anti-Estados Unidos, especificamente Venezuela, Bolívia e Equador.

[...] O Congresso norte-americano votou o Orçamento para o ano de 2010, já no Governo de Obama, o que atesta as críticas feitas - e eu já fiz essa crítica aqui - sobre a instalação das bases militares na Colômbia, levantadas pelo Presidente da Venezuela, pelo Presidente da Bolívia, pela Presidente do Equador e a posição do Governo brasileiro de estabelecer um contato e uma transparência nos reais objetivos das bases militares norte-americanas na Colômbia.¹⁷

Além dos presidentes da Venezuela, da Bolívia, do Equador, o do Brasil também teve questionamentos quanto ao acordo militar em relação à posição das bases militares e à capacidade norte-americana de estender-se sobre a área da América do Sul.

¹⁷ JOSÉ GENOÍNO (O deputado federal de São Paulo, PT) discursou na Câmara dos Deputados às 13:26, no dia 18/11/2009 sobre as bases militares na Colômbia, Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=319.3.53.O&nuQuarto=14&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:26&sgFaseSessao=BC&Data=18/11/2009&txApelido=JOSÉ GENOÍNO, PT-SP>>. Acesso em: 19 abr. 2010.

Os presidentes de esquerda, principalmente o presidente da Bolívia e da Venezuela, apresentam fortes críticas no que se refere às bases militares.

O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva levantou a discussão no que se refere à instalação das bases militares norte-americanas na Colômbia na cúpula da UNASUL, que foi realizada em Quito, no Equador no dia 10 de agosto de 2009.

Contudo, os membros presidentes na reunião da UNASUL em Quito não puderam chegar a um acordo em relação às bases em território colombiano.

O presidente colombiano, Álvaro Uribe não participou da cúpula, pois desejava evitar um confronto direto com os presidentes sul-americanos. O acordo militar não foi discutido na Cúpula mesmo sendo a expectativa de muitos.

Enfim, a Cúpula da UNASUL em Quito resultou em não chegar ao acordo e na não inclusão de um documento final em termo das bases militares.

Uma semana antes da Cúpula da UNASUL em Quito, Uribe empreendeu um giro por sete países da América do Sul não apenas para explicar o acordo mas também para justificar a necessidade dele contra o narcotráfico e o terrorismo.

As reações dos países vizinhos podem ser divididas em três partes: Bolívia, Equador e Venezuela tratam o acordo militar como uma ameaça para a paz e a estabilidade regional; Brasil quer garantias de que as operações norte-americanas ficarão restritas ao território da Colômbia; Chile, Peru, Paraguai e Uruguai respeitam a soberania de Bogotá para firmar o acordo.

Os doze chefes de Estado que fazem parte da UNASUL se reuniram no dia 27 de agosto de 2009 em Bariloche, na Argentina, para discutir o acordo militar e mediar os conflitos. Na reunião, Uribe explicou claramente a colaboração entre EUA e Colômbia, na política de segurança democrática.

Os países de esquerda criticam o acordo pelos seguintes motivos.

Os Estados Unidos tentam criar desconfiança nos presidentes latino-americanos, pois estamos promovendo a unidade. [...] Não há razão para se duvidar de uma declaração de Presidentes para recusar bases militares em nossos países. Quando superarmos esta questão, vai haver confiança para continuarmos a construção de unidade na América do Sul. Nós não podemos ser um instrumento de divisão na América do Sul. Os impérios nunca quiseram a unidade da América do Sul. O império norte-americano nunca vai querer a unidade na América do Sul. Eu quero que assumamos a nossa responsabilidade para que nunca mais se

levantem impérios sobre o nosso povo. Eu quero sair desta reunião com este documento assinado declarando que não haverá nenhuma base militar estrangeira na América do Sul.¹⁸

E Hugo Chávez também criticou:

A estratégia global de dominação EUA é a razão pela qual estas bases estão sendo instaladas na Colômbia. Trago um documento que eu acredito que poderá ajudar a ter mais claro este panorama, o chamado Livro Branco do Comando Aéreo dos EUA (Global En Route Strategy), [...] Este documento menciona a base colombiana de Palanquero como um dos objetivos para a mobilização de tropas. Palanquero é um local de segurança. De lá, quase metade do continente pode ser coberta por um avião de transporte militar pesado, C-17, e deve ser suficiente para a estratégia de mobilidade aérea no continente sul-americano. Aprovo a proposta de Lula de que a Cúpula deveria ter sido realizada na presença do estadunidense Barack Obama. Obama seria importante para nos esclarecer essas coisas.¹⁹

Álvaro Uribe, que com coragem denunciou o terrorismo das FARC e dos paramilitares, colocou no tapete a indevida ingerência do presidente venezuelano nos assuntos colombianos e terminou influenciando, na reunião, para que a declaração final apresentasse um item no sentido de combater narcotraficantes e guerrilheiros no âmbito da UNASUL.²⁰

Como consequência, essa reunião resultou na aceitação das bases militares norte-americanas na Colômbia com a garantia de que elas não violassem a soberania dos países do grupo e não ameaçassem os estados vizinhos.

¹⁸ **Evo Morales(o presidente da Bolívia)** discursou na Cúpula Extraordinária da UNASUL, realizada em Bariloche, Argentina, para discutir as bases militares dos EUA na Colômbia, em 28 de Agosto de 2009. Disponível em: <<http://www.estadoanarquista.org/blog/?p=3246>> Acesso em: 15. jun. 2011.

¹⁹ *Ibdem*, **Hugo Chávez (o presidente da Venezuela)**

²⁰ Rodríguez, Vélez, Ricardo. **A reunião de Bariloche e o ideal da transparência**, coordenador do centro de pesquisas estratégicas da UFJF. 2009. 1 p.

Apesar da tentativa de mediação através da UNASUL, ainda permanecem as críticas e os conflitos em relação ao acordo militar pelos presidentes da política esquerda. O presidente da Bolívia, Evo Morales, disse que a Colômbia parece "um país fiel, servo obediente" dos Estados Unidos, em meio a uma forte crise diplomática que levou ao rompimento de relações entre Caracas e Bogotá.²¹

Morales condenou o acordo militar entre Washington e Bogotá, que permite aos Estados Unidos utilizar em bases militares colombianas para lutar contra o narcotráfico e a guerrilha sob o nome do Plano Colômbia.

Ele criticou que o narcotráfico e o terrorismo são um pretexto para os Estados Unidos e os objetivos reais deles são controlar os recursos naturais na América do sul. Com o presidente boliviano, Hugo Chávez, um aliado do presidente boliviano, é um presidente mais crítico a respeito do acordo militar. Ele considerou que as sete bases militares norte-americanas seriam uma ameaça séria tanto para a revolução bolivariana como para a América do sul.

Por essa razão, Chávez atacou publicamente Uribe e retirou seu embaixador na Colômbia e aumentou a tensão na região, congelando as relações com a Colômbia.

O acordo militar também despertou a desconfiança em outros países, entre eles o Brasil, sobre os verdadeiros motivos da operação, além do congelamento das relações diplomáticas entre Venezuela, Bolívia e Colômbia.

Desta forma, os conflitos entre eles tem sido cada vez mais complicado e a UNASUL que foi criada recentemente não resolve a disputa de forma eficaz em função da não conclusão de três processos de transição nos sistemas de poder nacional, regional e hemisférico. Guedes de Oliveira (2009) afirmou no que diz respeito ao três processos de transição na sua íntegra:

Os atuais problemas políticos regionais na área de segurança se devem à não conclusão de três processos de transição nos sistemas de poder nacional, regional e hemisférico. Primeiro, resultam do fato que as instituições democráticas não estão plenamente consolidadas no nível do Estado-Nação. Segundo, inexistente *empowerment* ou delegação de autoridade dos estados nacionais e governos para as instituições regionais permitindo que essas cumpram suas funções de enfrentar e solucionar os problemas de segurança das nações sul-americanas. Terceiro, o sistema global e hemisférico passa por uma

fase de redefinição do poder dos EUA, que se retrai, enquanto o Brasil busca uma posição clara de liderança regional e global (GUEDES DE OLIVEIRA, 2009, p. 63).

O conflito em torno das bases militar norte-americanas está relacionado com os três processos não acabados.

A fraqueza democrática não pode garantir a cooperação internacional, uma vez que a fraqueza institucional e a plenitude democrática estão intimamente ligadas. De fato, os países de esquerda, tais como a Venezuela, o Equador e a Bolívia têm a democracia fraca e provocam algum problema na cooperação internacional quando tratado do mesmo assunto, como acontece com as bases militares norte-americanas.

Os presidentes da democracia fraca poderiam utilizar alguma coisa ou necessitam de alguns inimigos a fim de desviar a atenção do povo do assunto nacional para reeleição ou a consolidação do poder.

Por exemplo, no caso da Coreia do Norte, o presidente norte-coreano sempre utiliza a tensão militar na península coreana para desviar a queixa do seu povo furioso do assunto nacional tão miserável como a fome dos norte-coreanos, a recessão econômica, a violação do direito humano e a transferência do poder para seu filho, etc.

A relação entre a Colômbia e os EUA está ligada estreitamente ao Plano Colômbia e às bases militares norte-americanas. Desde que recebeu assistência dos EUA, a Colômbia tem conseguido o crescimento econômico, desenvolvimento social e democrático e o enfraquecimento dos paramilitares como as FARC na região, em troca oferece algumas bases militares para os EUA.

²¹ Notícia publicada em Folha online, **“Para Evo Morales, a Colômbia é “um país fiel, servo obediente” dos EUA”**, às 18:23, de 24/07/2010. Disponível em:

< <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/772217-para-evo-morales-a-colombia-e-um-pais-fiel-servo-obediente-dos-eua.shtml>>. Acesso em: 15. jun. 2011.

O acordo militar entre a Colômbia e os EUA que foi assinado no dia 30 de outubro de 2009, se torna a disputa polêmica entre os países-membros da UNASUL.

Pois a Colômbia justifica as bases militares norte-americanas como um meio para combater ao narcotráfico, ao terrorismo e promover a paz na região, enquanto a Bolívia e a Venezuela, os principais países da esquerda na América do sul, alegam que a presença da tropa militar estrangeira na região deveria ser ameaça principal e os EUA teriam como reais intenções o controle da América do sul, além do combate ao narcotráfico e ao terrorismo.

3.2 A crise entre Brasil e Bolívia no tocante ao gás natural

3.2.1 A história do surgimento da administração Evo Morales

Todos os países da América do Sul inclusive a Bolívia têm a história da exploração colonial cruel. A primeira exploração da Bolívia foi a invasão espanhola em busca de minas de prata encontradas no início de 1600. Durante a maior parte do período colonial espanhol, este território era chamado de *Alto Peru* ou *Charcas* e encontrava-se sob a administração do Vice-Reino do Peru, que abrangia a maioria das colônias espanholas sul-americanas.

A Espanha poderia ter promovido uma guerra na Europa por conta do descobrimento das minas de prata na colônia boliviana. Os indígenas que de repente se tornaram os escravos estavam morrendo garimpando prata.

Em seguida, encontrando cobre e minas de ferro, os espanhóis começaram a explorar todos os recursos naturais, tais como petróleo, gás natural etc. Na condição de colônia, os mais abundantes recursos naturais lhes concederam uma vida cruel e de constante exploração que permanece até os dias atuais. A nacionalização dos recursos naturais na Bolívia representa uma esperança para o povo boliviano que quer acabar com a história da exploração de suas terras, persistente há longos anos.

A nacionalização na Bolívia não é um assunto recente, pois a nação boliviana manteve-se em constante luta contra neoliberalismo, que tem crescido sucessivamente no quadro mundial, sendo ela já predestinada à medida que o neoliberalismo se consolidava.

A Bolívia é um dos países mais pobres e menos desenvolvidos da América Latina apesar de ter abundância em seus recursos naturais. Desde o começo de 1980, ela tem sido administrada pelo Fundo Monetário Internacional. Durante esse período, a maioria das empresas nacionais foram vendidas para outras empresas particulares impelindo a abertura do mercado e a privatização do sistema social. Não obstante, a renda substancial por pessoa diminuiu 4%, apesar do apoio do FMI. Como resultado, o percentual de pobreza cresceu de maneira significativa.

Em agosto de 2000, o povo boliviano expulsou a empresa multinacional Bechtel, em Cochabamba (a terceira maior cidade da Bolívia), através da luta contra a

privatização da água. Naquela época, foi chamado de **“La guerra del Agua de Cochabamba”**.

Em fevereiro de 2003, ocorreu o manifesto contra o aumento do valor dos bens materiais pelo FMI e o governo boliviano cedeu à luta, já que até os policiais participaram do manifesto contra o governo.

Em setembro do mesmo ano, houve a luta contra a privatização do gás natural, como consequência, 70 cidadãos foram mortos pela ação das forças armadas. Na continuação da luta, o povo boliviano venceu o que fez com que o presidente da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada, fugisse para os EUA. E o Vice-Presidente Carlos Mesa assumiu no lugar dele.

Em 2005, Carlos Mesa aprovou a Lei de Exploração dos Recursos Naturais do País, mesmo contra a opinião pública. O povo boliviano queria que a decisão fosse revogada, pois a Lei foi considerada como uma forma de entregar, aos estrangeiros, a produção de gás do País.

No mesmo ano, foi a vez do protesto contra a privatização da água em La Paz e em El Alto. A organização comunitária regional deu continuidade a este protesto até o fim.

Consequentemente, o governo boliviano divulgou o cancelamento do contrato em relação ao abastecimento de água com AGUAS DEL ILLIMANI através de declaração urgente.

O protesto direcionado pelas massas populares e pelo povo boliviano expulsou a empresa internacional francesa, AGUAS DEL ILLIMANI da Bolívia. Isso fez com que o povo percebesse que unidos os cidadãos poderiam apresentar projetos substitutivos. Essa situação fez com que o presidente Mesa renunciasse ao cargo. O presidente do Judiciário, Eduardo Rodríguez, assumiu no lugar de Mesa e convocou uma nova eleição em 2005.

Juan Evo Morales Ayma (do partido *Movimiento ao Socialismo*, com o acrônimo em espanhol MAS, significando "mais"), concentrando as lutas na eleição presidencial de 18 de dezembro de 2005, apresentou proposta política de nacionalização dos recursos naturais bolivianos, sendo eleito com 53,7% dos votos, uma vez que os bolivianos estavam insatisfeitos com as recentes ações políticas e influenciados pela atmosfera populista e nacionalista dos outros Países da América

Latina, em especial a Venezuela de Hugo Chávez.

3.2.2 A política da nacionalização

Antes de detalhar a nacionalização da Bolívia, é necessário entender as relações internacionais de muitos anos entre a Bolívia e o Brasil em torno do gás.

Historicamente, a exploração de petróleo e gás natural em território boliviano apresenta uma estreita relação com o sistema político do país e suas diversas crises durante um longo período. Isso quer dizer que as políticas em relação à regulamentação das atividades petrolíferas são alteradas de acordo com cada regime. Por exemplo, em 1936, durante o período nacionalista de David Toro²², nacionalizou-se a *Standard Oil*.

Com tantos problemas políticos, econômicos e sociais, e junto com a onda neoliberal dos anos 90 que varreu a América Latina, a privatização das empresas estatais e de seus recursos naturais fez com que a Bolívia entrasse no foco das atividades de exploração de gás natural em todo o mundo. Diante da pressão social e das contínuas crises econômicas e políticas, o regime neoliberal se mostrava falho e o povo boliviano, com ampla maioria, elegeu o nacionalista Evo Morales como presidente de seu país e uma nova legislação foi implantada: re-nacionalização dos recursos naturais, assim como das propriedades das empresas que lá atuam.²³

Desta forma, as políticas do país podem ser alteradas de acordo com o desejo do povo. Naquela época, o povo boliviano exigiu que a política alternativa fosse a nacionalização dos recursos naturais para sair da condição de pobreza.

Enfim, Evo Morales que prometeu distribuir as riquezas naturais de seu país ao povo, num discurso altamente populista, foi eleito facilmente pela população na eleição presidencial de 2005.

²² David Toro foi um militar boliviano e se tornou 35º presidente da república boliviana pelo golpe de estado com seu amigo, Germán Busch Becerra no dia 22 de maio de 1936 contra o presidente José Luis Tejada Sorzano. A presidência de David Toro foi até no dia 13 de julho de 1937.

O ex-deputado Delfim Netto opina sobre a situação boliviana:

Algumas pessoas achavam que a Bolívia elegeu o presidente Evo Morales por acidente. Não. Há dez anos a Bolívia era um exemplo de ajuste econômico. Todos os economistas do mundo foram para lá ver como estava mudando. Não faltava recursos externos, nem medidas de boa vontade. Mas eles se esqueceram dos índios (NETTO, 05. 11. 2006: A10)

3.2.2.1 A cooperação entre a Bolívia e o Brasil com gás natural

As crises energéticas estimularam muitas empresas brasileiras a buscarem fontes alternativas de energia como forma de diminuir a dependência da energia elétrica.

Uma alternativa encontrada foi o uso do gás natural, já que ele oferece vários benefícios aos seus consumidores, no aspecto ambiental, operacional, econômico, além de ser um combustível eficiente, limpo e versátil.

Por essa razão, o governo brasileiro elaborou, em 1980, o plano nacional do gás natural, cujo principal objetivo era aumentar de 2% para 12% a participação deste energético na matriz energética brasileira até 2010 (CARVALHINHO FILHO, 2003).

Em 1996 o presidente boliviano Gonzalo Sánchez de Lozada assinou contratos de exploração com 26 empresas do setor, a fim de atrair as grandes companhias de petróleo. O presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso assinou o contrato e as obras começaram em 1997, com as primeiras operações em 2001.

A construção da rede de dutos do lado boliviano do gasoduto com o Brasil foi favorecido pela assinatura de dois instrumentos bilaterais. O primeiro foi o Contrato de Pagamento Antecipado que a Petrobrás firmou com a YPFB em agosto de 1996. Nos termos do referido contrato, a Petrobrás concedeu financiamento de crédito à construção do duto do lado boliviano, em contrapartida a futuros pagamentos da tarifa de transporte do gás no trecho boliviano (HOLANDA, 2001, p. 66).

²³ Bernardo Pestana M. C. Duarte (UFRJ), Thiago Carvalho Saraiva (UFRJ), Rosemarie Bröker Bone(UFRJ). **IMPACTO NA RELAÇÃO BRASIL-BOLÍVIA COM A NACIONALIZAÇÃO DOS HIDROCARBONETOS BOLIVIANOS EM 2006.** 4o PDPETRO, Campinas, SP 8.1.0119-3 – 8, 21-24 de Outubro de 2007.

À medida que as reservas de gás do Brasil não foram suficientes para atender toda a demanda nacional, fez-se necessário a tomada alguma providência, ou seja, implicou a necessidade de importação deste energético da Bolívia, sendo assinado o acordo “*take-or-pay*” por ambos os países para o fornecimento do gás e inaugurando, em 1999, a primeira etapa da construção do gasoduto Bolívia-Brasil (CARVALHINHO FILHO, 2003).

Procedência	Quantidade
Bolívia	4.777
Argentina	492
Total Importado	5.269
Gasto (em milhões de dólares)	424.890

Tabela 5: Importação de GN para o Brasil (em milhões de M³ ao ano)

Fonte: ANP, IEA apud Anuário Exame, 2004 / 05

O Brasil se tornou dependente do gás boliviano e o maior importador de gás natural da Bolívia, seguido pela Argentina. O elemento gasoso importado é usado para a indústria, a eletricidade, as refinarias, gás veicular e residencial, etc.

Tendo sido dependente do gás boliviano, o Brasil construiu o gasoduto Bolívia-Brasil para suprir a demanda nacional com a colaboração boliviana.

O gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL) é o projeto mais extenso na América Latina, compreendendo os dois países, Brasil e Bolívia, com extensão total de 3.150 km, sendo 557 Km em trecho boliviano e 2.593 Km em trecho brasileiro. O gasoduto inicia no Rio Grande (Bolívia), vai até Puerto Suarez (Bolívia), entrando no território brasileiro via Corumbá (MS). Atravessa o Mato Grosso do Sul e norte de São Paulo, chegando a Paulínia onde ocorrem duas ramificações. Uma com destino a Guararema (SP) interligando o gasoduto Rio de Janeiro – São Paulo, e a

outra ramificação segue de Paulínia, São Paulo até Canoas, Rio Grande do Sul, passando pelo Paraná e Santa Catarina. (SCANDIFFIO, 2001, p. 70).

Ambos os governos investiram para a construção do GASBOL, que tem um sentido muito importante entre dois:

Do custo total do projeto do gasoduto Brasil-Bolívia, cerca de US\$ 2 milhões, 20% foram investidos do lado boliviano e o restante do lado brasileiro. Do investimento total, a PETROBRAS captou 82% dos recursos por meio de agências multilaterais e de crédito à exportação, além de uma participação expressiva do BNDES. (SILVA, 2004, p.49);

O Gasbol, em particular, foi um projeto de dois governos, cuja fundamentação econômica ainda não estava completamente justificada no momento de sua construção, devendo, portanto, ser interpretado como um projeto 'geopolítico' do Brasil à Bolívia(SANTOS ET alli, 2002, p 44)

A localização do gasoduto Bolívia-Brasil é a seguinte:



Figura 4: O gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL)

Fonte: Gas Net, Disponível em:

< http://www.gasnet.com.br/novo_gasoduto/gasbol.ASP>. Acesso em: 18. março. 2011.

O gasoduto Bolívia-Brasil foi um projeto de dois governos com o objetivo de escapar das crises energéticas.

De fato, o Brasil conseguiu o gás natural para suprir a demanda nacional e aumentar a competitividade econômica desse energético através do gasoduto.

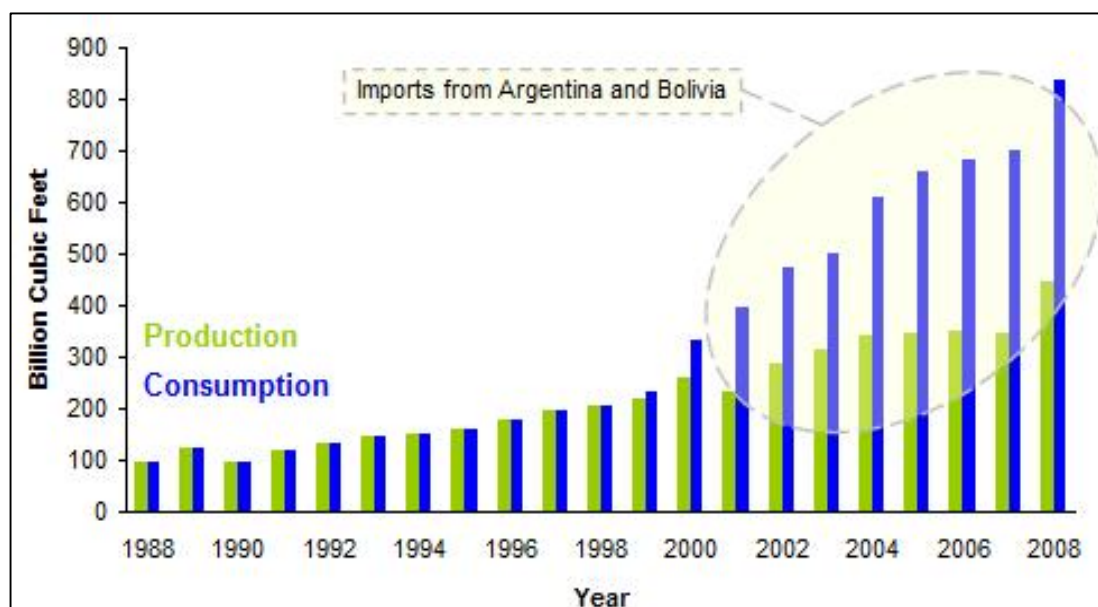


Gráfico 2: O consumo e a produção de GN do Brasil no período de 1988 a 2008

Fonte: Energy Information Administration (EIA) International Energy Statistics Database

Como visto no gráfico 2, a partir de 1999, o consumo de gás natural no Brasil começou a superar a quantidade da produção de gás natural devido ao crescimento econômico.

O Brasil aumentou a importação do gás da Bolívia e da Argentina. Isso significa que o Brasil se torna dependente do gás boliviano cada vez mais, sendo este seu ponto de vulnerabilidade em relação à Bolívia no setor energético por causa do consumo alto de gás.

Ano	2000	2002	2004	2006	2008
PIB	\$ 644, 702 bilhão	\$ 504, 221 bilhão	\$ 663, 760 bilhão	\$ 1, 089 trilhão	\$ 1, 653 trilhão

Tabela 6: Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil no período de 2000 a 2008

Fonte: Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial - Last updated 26 de abr de 2011

O crescimento econômico do Brasil está relacionado com o aumento do consumo de gás natural. O PIB do Brasil tem crescido desde 2002, sendo dependente do gás boliviano para suprir a demanda nacional. Além disso, o Brasil é o nono maior consumidor de energia no mundo e terceiro maior consumidor na América, depois dos EUA e do Canadá. O consumo total de energia do Brasil tem aumentado na última década devido ao crescimento econômico.

3.2.2.2 O desdobramento da nacionalização

No dia primeiro de maio de 2006, Dia Internacional do Trabalho, em uma refinaria da Petrobrás na Bolívia, o presidente Evo Morales declarou a nacionalização de gás e petróleo no país, uma vez que a indústria do gás natural boliviano era dominada pelos grupos internacionais de energia tais como a brasileira Petrobrás, a Repsol, da Espanha, a Total, da França e a BP e a BG, do Reino Unido.

Assim que o presidente boliviano declarou a nacionalização, as imprensas mundiais criticaram a decisão da Bolívia no que se refere a gás natural.

The New York Times (EUA):

[...] Surrounded by soldiers at an oil field operated by the Brazilian energy giant Petróleo Brasileiro, or Petrobras, Mr. Morales ordered foreign producers to relinquish control of all fields and channel future sales of hydrocarbons through the state-owned energy company. He gave foreign companies 180 days to renegotiate existing contracts with the government, or leave the country. "The time has come, the awaited day, a historic day in which Bolivia retakes absolute control of our natural resources," Mr. Morales declared, according to The Associated Press. "The looting by the foreign companies has ended."²⁴

Clarín (Argentina):

Tras anunciar la nacionalización del gas y el petróleo y dar a las empresas que explotan los yacimientos un plazo de 180 días para renegociar los contratos

vigentes hasta ayer, el gobierno de Bolivia aseguró que **está garantizada la provisión de hidrocarburos** y que, ante cualquier contingencia, el Estado tiene un stock acumulado equivalente a “por lo menos un mes” de consumo. Alex Contreras, vocero del presidente Evo Morales, no sólo descartó absolutamente la posibilidad de que alguna contingencia surgida de la decisión adoptada ayer pueda provocar desabastecimiento, sino que sostuvo incluso que **bajará el precio de los combustibles** en la nación del altiplano.²⁵

A Folha Online também mostrou as críticas da União Européia:

A decisão do governo boliviano de nacionalizar seus campos de petróleo e gás natural, levada a efeito ontem com a ocupação militar de instalações da Petrobras no país, pode afetar os mercados mundiais de energia, segundo avaliação da União Européia (UE). "A decisão pode ter um impacto negativo sobre os mercados, porque estes estão sujeitos agora a pressões consideráveis no que diz respeito a preços", disse o porta-voz da UE, Ferran Tarradellas Espuny. A UE importa muito pouco gás natural da Bolívia.²⁶

Apesar das críticas da nacionalização sobre o gás, depois que Evo Morales nacionalizou a exploração dos hidrocarbonetos, o povo boliviano que estava reunido na capital celebrou o fim da exploração pelos estrangeiros, que já durava 400 anos.

Após divulgar sua decisão, as forças armadas ocuparam empresas estrangeiras e anunciaram que a Bolívia tomou o controle sobre os campos de gás natural, levantando a bandeira nacional em cima dos equipamentos industriais de gás natural.

²⁴ Notícia publicada em The New York Times (EUA), “**Bolivian Nationalizes the Oil and Gas Sector**”, 02/05/2006. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/2006/05/02/world/americas/02bolivia.html?n=Top%2fNews%2fWorld%2fCountries%20and%20Territories%2fBolivia>> Acesso em: 15. jun. 2011.

²⁵ Notícia publicada em Clarín (Argentina), “**El gobierno boliviano afirma que no habrá desabastecimiento por la nacionalización de los hidrocarburos**”, às 09:04, de 02/05/2006. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/diario/2006/05/02/um/m-01188039.htm>> Acesso em: 17. jun. 2011.

O decreto proclamado no dia primeiro de maio determinava que o governo boliviano passaria a dominar a exploração de gás e petróleo no país, e teria de ser produzido em cada unidade e realizando a comercialização dessa produção, por intermédio da estatal de petróleo, Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB).

O governo da Bolívia deu o prazo 180 dias às empresas estrangeiras a partir da nacionalização, para que elas pudessem renegociar com o governo boliviano ou saíssem da Bolívia sem a indenização.

O decreto, que é a ação mais recente para uma abordagem mais desconfortável a investidores estrangeiros, provocou a sensação de um ato de guerra contra o Brasil e criou uma enorme polêmica entre os dois países, à medida que a Bolívia tem a intenção de aumentar o preço do fornecimento de gás natural para o Brasil.

A Bolívia justifica a nacionalização do gás natural para seus povos enfrentando a influência neoliberal, que fez surgir uma onda de privatizações de empresas com o objetivo de proteger a indústria própria, enquanto isso, o Brasil, proprietário da Petrobrás, maior indústria instalada no pólo petroquímico boliviano, insiste que a promulgação do decreto no que diz respeito ao gás natural sem aviso prévio representa a quebra de contratos que têm base no Direito Internacional.

A nacionalização trouxe uma nova instabilidade nas relações políticas da região, na medida em que interferiu na forma de organização da cadeia econômica no setor de gás natural da Bolívia e nas condições para a prestação de um bem essencial – energia – aos setores da economia e à população brasileira, em especial.²⁷

²⁶ Notícia publicada em Folha Online, “**Nacionalização de hidrocarbonetos na Bolívia pode afetar mercados, diz EU**”, às 09:12, de 02/05/2006. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u107304.shtml>> Acesso em: 17. jun. 2011.

²⁷ André Corrêa e Michelle Ratton Sanchez. **A REGULAMENTAÇÃO DA PROPRIEDADE NO SETOR DE GAS NATURAL NA BOLIVIA: IMPACTOS PARA O DESENVOLVIMENTO?** Escola de Direito de São Paulo, 2008. p. 1.

3.2.2.3 Decreto Supremo nº 28.701

À medida que o presidente da Bolívia, Evo Morales, em 1 de maio de 2006 decretava a nacionalização de todo o setor de hidrocarbonetos na Bolívia com o Decreto Supremo nº **28.701**, sem o aviso previsto aos países relacionados com a Bolívia no setor de energia, vários outros países, principalmente o Brasil, cuja empresa(Petrobrás) respondia por 18% do PIB boliviano, apresentaram uma queixa contra a nacionalização realizada pela Bolívia.

Além do Brasil, Canadá, Coreia do Sul, Espanha, Argentina e Reino Unido têm petrolíferas operando na Bolívia e tiveram os contratos de concessão para a exploração de gás natural cancelados (Wertheim, 2006, p. 12).

A partir desse dia, as empresas estrangeiras foram forçadas a serem administradas pela YPFB, sem que lhes compensasse.

A YPFB se tornou o controle da exploração de produção de petróleo e gás natural, obrigando as companhias estrangeiras a regularizar sua situação no país com novos contratos em um prazo de 180 dias e tendo de sair da Bolívia se não estivessem de acordo com a nacionalização.

Depois que Evo Morales decretou a nacionalização do gás natural, o governo boliviano mudou algumas cláusulas dos contratos com empresas estrangeiras.

Do Decreto Supremo nº **28.701**, que foi lançado pelo presidente Evo Morales a fim de fazer a nacionalização dos hidrocarbonetos, destacam-se os seguintes artigos²⁸:

ARTICULO 1.

En ejercicio de la soberanía nacional, obedeciendo el mandato del pueblo boliviano expresado en el Referéndum vinculante del 18 de julio del 2004 y en aplicación estricta de los preceptos constitucionales, se nacionalizan los recursos naturales hidrocarburíferos del país.El Estado recupera la propiedad, la posesión y el control total y absoluto de estos recursos.

²⁸ o presidente Evo Morales anunciou a nacionalização dos hidrocarbonetos através de um decreto que obriga as empresas estrangeiras a entregar toda sua produção à YPFB.

Notícia publicada em Agencia Púlsar, às 09: 12, de 02/05/2006. Disponível em:

< <http://www.agenciapulsar.org/nota.php?id=7670>>. Acesso em: 18. jun. 2011.

ARTICULO 2.

I. A partir del 1 de mayo del 2006, las empresas petroleras que actualmente realizan actividades de producción de gas y petróleo en el territorio nacional, están obligadas a entregar en propiedad a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos YPFB, toda la producción de hidrocarburos.

II. YPFB, a nombre y en representación del Estado, en ejercicio pleno de la propiedad de todos los hidrocarburos producidos en el país, asume su comercialización, definiendo las condiciones, volúmenes y precios tanto para el mercado interno, como para la exportación y la industrialización.

ARTICULO 3.

I. Sólo podrán seguir operando en el país las compañías que acaten inmediatamente las disposiciones del presente Decreto Supremo, hasta que en un plazo no mayor a 180 días desde su promulgación, se regularice su actividad, mediante contratos, que cumplan las condiciones y requisitos legales y constitucionales. Al término de este plazo, las compañías que no hayan firmado contratos no podrán seguir operando en el país.

II. Para garantizar la continuidad de la producción, YPFB, de acuerdo a directivas del Ministerio de Hidrocarburos y Energía, tomará a su cargo la operación de los campos de las compañías que se nieguen a acatar o impidan el cumplimiento de lo dispuesto en el presente Decreto Supremo.

III. YPFB no podrá ejecutar contratos de explotación de hidrocarburos que no hayan sido individualmente autorizados y aprobados por el Poder Legislativo en pleno cumplimiento del mandato del inciso 5 del Artículo 59 de la Constitución Política del Estado.

ARTICULO 4.

I. Durante el período de transición, para los campos cuya producción certificada promedio de gas natural del año 2005 haya sido superior a los 100 millones de pies

cúbicos diarios, el valor de la producción se distribuirá de la siguiente forma: 82% para el Estado (18% de regalías y participaciones, 32% de Impuesto Directo a los Hidrocarburos IDH y 32% a través de una participación adicional para YPFB), y 18% para las compañías (que cubre costos de operación, amortización de inversiones y utilidades).

II. Para los campos cuya producción certificada promedio de gas natural del año 2005 haya sido menor a 100 millones de pies cúbicos diarios, durante el período de transición, se mantendrá la actual distribución del valor de la producción de hidrocarburos.

III. El Ministerio de Hidrocarburos y Energía determinará, caso por caso y mediante auditorias, las inversiones realizadas por las compañías, así como sus amortizaciones, costos de operación y rentabilidad obtenida en cada campo. Los resultados de las auditorias servirán de base a YPFB para determinar la retribución o participación definitiva correspondiente a las compañías en los contratos a ser firmados de acuerdo a lo establecido en el Artículo 3 del presente Decreto Supremo.

ARTICULO 5.

I. El Estado toma el control y la dirección de la producción, transporte, refinación, almacenaje, distribución, comercialización e industrialización de hidrocarburos en el país.

II. El Ministerio de Hidrocarburos y Energía regulará y normará estas actividades hasta que se aprueben nuevos reglamentos de acuerdo a Ley.

ARTICULO 6.

I. En aplicación a lo dispuesto por el Artículo 6 de la Ley de Hidrocarburos, se transfieren en propiedad a YPFB, a título gratuito, las acciones de los ciudadanos bolivianos que formaban parte del Fondo de Capitalización Colectiva en las empresas petroleras capitalizadas Chaco SA., Andina SA. y Transredes SA.

II. Para que esta transferencia no afecte el pago del EONOSOL, el Estado garantiza la reposición de los aportes por dividendos, que estas empresas

entregaban anualmente al Fondo de Capitalización Colectiva.

III. Las acciones del Fondo de Capitalización Colectiva que están a nombre de las Administradoras de Fondos de Pensiones en las empresas Chaco SA., Andina SA. y Transredes SA. serán endosadas a nombre de YPFB.

ARTICULO 7.

I. El Estado, recupera su plena participación en toda la cadena productiva del sector de hidrocarburos.

II. Se nacionalizan las acciones necesarias para que YPFB controle como mínimo el 50% más 1 en las empresas Chaco SA., Andina SA., Transredes SA., Petrobrás Bolivia Refinación SA. y Compañía Logística de Hidrocarburos de Bolivia SA.

III. YPFB nombrará inmediatamente a sus representantes y síndicos en los respectivos directorios y firmará nuevos contratos de sociedad y administración en los que se garantice el control y la dirección estatal de las actividades hidrocarburíferas en el país.

ARTICULO 8.

En 60 días, a partir de la fecha de promulgación del presente Decreto Supremo y dentro del proceso de refundación de YPEB, se procederá a su reestructuración integral, convirtiéndola en una empresa corporativa, transparente, eficiente y con control social.

ARTICULO 9.

En todo lo que no sea contrario a lo dispuesto en el presente Decreto Supremo, se seguirán aplicando los reglamentos y normas vigentes a la fecha, hasta que sean modificados de acuerdo a ley.

Estes artigos definem a total nacionalização do setor de petróleo e gás natural, tornando as empresas internacionais apenas como prestadoras de serviço à YPFB.

Segundo o Artigo 4, as novas regras constituíram 82% do valor da produção que seriam destinados ao governo boliviano, o resto, às companhias estrangeiras. Além disso, o estado boliviano pode tomar o controle no que diz respeito à produção, ao transporte, ao refino, à distribuição, à comercialização e à industrialização dos hidrocarbonetos do país de acordo com Artigo 5.

Ainda que Evo Morales tenha feito a nacionalização sob termos de igualdade e justiça, os estados pobres da Bolívia ficaram desconfortáveis em relação à situação, pois os estados que desejam os investimentos Externos Diretos (IED) queixam-se do controle rigoroso do governo para com as empresas estrangeiras.

Para atrair esses investimentos, são obrigados a colocar o máximo de atrativos possíveis para as empresas e o mínimo de controle sobre elas (CHESNAIS, 1996).

Os resultados de uma eventual convocação da Assembleia Constituinte, a nacionalização dos recursos energéticos e a questão da autonomia das províncias que se consideram vinculadas ao Brasil, mais do que à outra parte do território boliviano, são algumas das delicadas questões que poderão afetar os interesses nacionais brasileiros e nosso relacionamento com os demais países da América do Sul (BARBOSA, 14.06.2005: A2).

As políticas rigorosas para as empresas estrangeiras, como a nacionalização dos recursos naturais, podem prejudicar as relações internacionais nas negociações.

Após a nacionalização, os contratos entre a Bolívia e as empresas estrangeiras se tornaram favoráveis ao governo boliviano.

A tabela 6 apresenta os contratos firmados entre o governo boliviano e a Petrobrás comparando-os aos antigos.

CONTRATO DE RISCO COMPARTILHADO	CONTRATO DE OPERAÇÃO (NOVO)
Operador Petrobrás.	Operador Petrobrás.
Comercialização Através da YPFB na exportação de gás para Brasil e Argentina. Direta em outros casos.	Comercialização Através da YPFB.
Remuneração Recebimento de todas as receitas pela Petrobrás, cobrindo todas as despesas e tributações.	Remuneração Recebimento, pela Petrobrás, da parcela correspondente aos custos, depreciações e lucro. Recebimento, pela YPFB, da parcela correspondente à sua participação em transporte, impostos e comercialização.
Propriedade dos hidrocarbonetos Petrobrás.	Propriedade dos hidrocarbonetos YPFB.
Propriedade dos ativos Petrobrás e, após o contrato, YPFB.	Propriedade dos ativos Existentes: Petrobrás e, após o contrato, YPFB. Futuros: YPFB após a depreciação.
Permitida a contabilização de reservas.	Permitida a contabilização de reservas.
Pagamento Totalidade dos recursos à Petrobrás.	Pagamento Parcela dos recursos à Petrobrás.
Fiscalização Autoridades com poder de aprovar projetos de desenvolvimento, contratos de exportação e volumes, prevalecendo o controle de preços pelo mercado interno.	Fiscalização Ampliação do nível de controle com a YPFB, tendo o poder de aprovação de planos de trabalho, custos recuperáveis e processos licitatórios.

Tabela 6: Contratos novos e antigos da Bolívia com a Petrobrás

Fonte: AZEVEDO, J. S. G. **Contrato Petrobrás-YPFB**: apresentação. (S.I.): Petrobrás, 2006.

O Decreto Supremo nº 28.701, de 2006 (Bolívia, 2007), está ligado às atividades

de exploração e produção de gás natural.

A Petrobrás perdeu muitos direitos devido ao novo contrato de operação com a Bolívia.

A Petrobrás, a partir desse novo acordo, perdeu o direito sobre os hidrocarbonetos produzidos em seus campos, mas, em contrapartida, garantiu as operações de produção de gás natural ao Brasil — já que esses campos bolivianos correspondem à grande parte do volume utilizado em território brasileiro —, além de manter sua posição estratégica na Bolívia como a maior empresa da América Latina operando no País (Rangel, 2006, p 26).

Conforme o novo acordo, a Petrobrás passou a entregar à YPFB não apenas toda a cadeia de transporte mas também de comercialização do gás natural.

A Petrobrás passa a sofrer aumento de taxaço, de 18 para 50% em seus rendimentos, passa a ter de atribuir parceria, em metade das operações, para a YPFB (HAGE, 2008, p. 214).

Porém, o Brasil não pode reagir de maneira efetiva contra a nacionalização boliviana em virtude da dependência do gás natural boliviano.

3.2.3 A posição brasileira na crise com a Bolívia

O Brasil, que é o mais prejudicado pela nacionalização, tem ocupado no setor principal da indústria através do investimento forte na Bolívia, em especial, tem investido na exploração do gás natural e petróleo. Sessenta por cento da demanda total brasileira de gás natural é proveniente da Bolívia (CARDOSO, 2005).

A estatal brasileira passou a ser a maior contribuinte para as contas públicas da Bolívia, chegando, em 2005, a 18% do PIB boliviano, 20% em investimentos diretos e 22% da arrecadação total de impostos, de acordo com a própria Petrobrás (BARNEDA, 2006).

A crise com a Bolívia vai deixar ferimentos na política brasileira voltada para a

região. Mesmo se os negócios continuarem, e nada nos autoriza a dizer que eles serão bloqueados, será mais por um certo esquecimento da memória diplomática nacional do que pela recuperação do machucado. A Petrobras tenciona ficar na Bolívia até porque já há certa dependência da economia nacional, ao produto importado (HAGE, 2008, p 194).

Apesar da nacionalização, a Petrobrás decidiu ficar na Bolívia em função da dependência do gás boliviano. Com efeito, a dependência fez com que o Brasil tivesse menos opção para reagir contra a nacionalização diante de crise com a Bolívia.

De fato, há uma postura, nas últimas semanas, que creio não faz nada bem às relações, não apenas empresarias, mas também diplomáticas entre os dois países. Estamos seguros de que a Bolívia tem papel importante na geopolítica e na política energética do Brasil. Porque quase todo o gás vendido ao Brasil vai para o Estado mais industrializado. São Paulo (VILLEGAS, 24.09.2006: B3).

Como foi escrito acima, Villegas notou que quase todo o gás natural procedente da Bolívia é distribuído para o Estado de São Paulo, que é o mais industrializado, tornando o Brasil dependente da Bolívia no aspecto energético.

De maneira unitária a Petróleo Brasileiro é a maior empresa a operar na Bolívia. Não somente a maior empresa a operar nas jazidas orientais, mas também aquela que conseguiu os maiores avanços nas descobertas de novas minas de gás natural, com capacidade de superar custos de investimentos e de serem lucrativas para o Erário boliviano no final de tudo (HAGE, 2008, p 195).

Mesmo que a estatal brasileira tenha feito coisas boas para a Bolívia, não se podia tomar providências de maneira mais eficiente perante a crise com a Bolívia em torno de gás natural.

Devido à crise com a Bolívia, o governo Lula recebeu forte crítica pelo fato de não demonstrar ter uma saída da crise.

O deputado de Partido da Frente Liberal (PFL), OSÓRIO ADRIANO, mostrou sua posição negativa em relação à crise enfrentada pelo governo Lula na Câmara dos Deputados no dia 02 de maio de 2006.

[...] Infelizmente, a política emanada do Governo Lula para o nosso relacionamento com as demais nações do continente tem sido desastrosa, a ponto de provocar o extremo enfraquecimento do MERCOSUL e crises ora com a Argentina, ora com o Uruguai, ora com a Bolívia.

A suposta liderança do Presidente Lula em relação aos países latino-americanos mostra-se fracassada diante dos fatos que estamos presenciando. [...] Grave é a dependência energética que se criou no Brasil em relação ao fornecimento de gás boliviano. A propósito, a construção do gasoduto para a transferência do produto daquele país para o nosso território já contou com investimentos de mais de US\$ 1,5 bilhão da PETROBRAS. O Governo Lula não fez previsões nem planejamentos, como é usual, para assegurar a nossa própria autonomia na produção de gás e agora se vê nas mãos dos bolivianos.²⁹

Em nove de maio de 2006, o Ministro Celso Amorim, em Audiência Pública no Senado estabeleceu continuidades e diferenças entre os períodos de FHC (1995-2002) e de Lula, com o objetivo de tomar medidas na crise com a Bolívia, esclarecendo o que seria ideológico e o que seria pragmático.

Aliás, a palavra “ideologia” tornou-se uma palavra muito desgastada porque ela recebeu uma conotação sempre pejorativa, quando na realidade, ideologia, como um conjunto de idéias, é algo que todos, naturalmente, temos que ter mesmo, de uma forma ou de outra, e, digamos, a própria integração latino-americana, não deixa de fazer parte de uma ideologia nacional, de um ideário nacional no sentido mais amplo.³⁰

²⁹ O deputado de Partido da Frente Liberal (PFL), OSÓRIO ADRIANO, discursou na Câmara dos Deputados às 15:39, no dia 02 de maio de 2006, **Sessão: 068.4.52.O**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=068.4.52.O&nuQuarto=34&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:39&sgFaseSessao=GE&Data=04/05/2006&txApelido=OSÓRIO ADRIANO, PFL-DF>> Acesso em: 23. jun. 2011.

³⁰ AMORIM, Celso discursou em **Audiência Pública da Comissão de relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal**. Brasília, 9 de maio de 2006.

Foi necessário que o Brasil tomasse alguma atitude com relação à nacionalização boliviana. No entanto, não foi fácil decidir uma política entre a ideologia e pragmatismo.

Apesar de ter conflitos com a Bolívia em torno de gás natural, a estatal brasileira não podia sair da Bolívia, mesmo que a Bolívia tenha feito a nacionalização e tenha mudado os contratos para favorecer a si própria, sem aviso, prejudicando principalmente a Petrobrás.

As causas da Petrobras para não sair da Bolívia são as seguintes: primeira, o Brasil tem muita dependência de gás natural; segunda, na realidade o Brasil não pode buscar a alternativa para substituir o gás natural oriundo da Bolívia ao curto prazo; terceira, o Brasil já investiu muito na Bolívia para explorar gás natural através do gasoduto, sair da Bolívia seria perder os direitos de exploração de hidrocarbonetos sem a indenização do governo boliviano; quarta, no sentido da integração sul-americana, não é fácil romper relação com a Bolívia. Por essa razão, o Brasil criticando a nacionalização da Bolívia, não podia tomar uma atitude precisa e teve dificuldade de reagir contra a nacionalização, que seria absurda para o Brasil.

Lula disse que a decisão da Bolívia era ato soberano do país e deveria ser respeitada, a Petrobrás recorreria à tribunais internacionais para garantir seus direitos. Enfim, o Brasil tentou defender seus interesses o mais possível na renegociação com a Bolívia sem desistir de exploração de gás boliviano.

3.3 A refutação de invasão das terras entre a Colômbia, o Equador e a Venezuela

3.3.1 A história de conflitos nas fronteiras

A Colômbia faz fronteira com Equador, Venezuela, Peru, além do Brasil. Na extensão dessas fronteiras encontram-se as seguintes atividades: deslocamentos forçados de populações; cultivos ilícitos de coca; processamento e tráfico de drogas; disputas territoriais entre grupos ilegais armados; embates entre militares e guerrilheiros; tráficos de armas, pessoas, etc.

Os conflitos nas fronteiras provocam as crises diplomáticas na sub-região andina, sobretudo, entre a Colômbia e o Equador ou a Colômbia e a Venezuela.

A Colômbia e Equador possuem uma fronteira terrestre de 586 km, envolvendo os Departamentos colombianos de Nariño e Putumayo e as Províncias equatorianas de Carchi, Esmeraldas e Sucumbíos (SANTOS³¹, 2010, p 27).



Figura 5: A fronteira entre Colômbia-Ecuador

Fonte: O CRIACAC, Disponível em:

< <http://www.biblioteca.ifc-camboriu.edu.br/criacitec/tiki-index.php?page=EQUADOR> >

Acesso em: 29. maio. 2011.

Ao longo do tempo, essas fronteiras contribuíram para o intercâmbio econômico, cultural, populacional e familiar, e para as animosidades entre os países vizinhos. No entanto, trazem também aspectos negativos como o grande número de refugiados, as violações dos direitos humanos, os assassinatos, os sequestros, as extorsões, decorrentes da confluência para as atividades ilegais entre narcotraficantes, paramilitares e guerrilheiros.

No lado equatoriano, as Províncias de Carchi, Esmeraldas e Sucumbíos também constituem áreas estratégicas para o narcotráfico e os grupos armados colombianos. Embora o Equador não tenha cultivos de coca significativos e não produza drogas, a cadeia empresarial do narcotráfico, com crescente presença dos cartéis mexicanos, utiliza a fronteira do país com a Colômbia como ponto de escoamento da cocaína colombiana (estima-se que 40% da cocaína colombiana saia pelo Equador), tráfico de armas e de insumos químicos (como o de gasolina branca, proveniente da Província petrolífera de Sucumbíos) e área de refúgio e de descanso para os narcotraficantes (SANTOS, 2010, p 28).

A cocaína é transferida pelo equador por dois caminhos: uma que vem do norte do Peru via Equador até os laboratórios no sul da Colômbia, e outra proveniente do Departamento de Putumayo com destino a Nariño passando pelas Províncias de Sucumbios e Carchi (CÓRDOBA, 2006). Além disso, principalmente após seguir monetário do dólar americano da economia, o país tem sido utilizado pelo narcotráfico para a lavagem de dinheiro (VÁSQUEZ, 2005).

No que diz respeito aos grupos armados ilegais colombianos, a fronteira equatoriana com a Colômbia tem sido violada por ações criminais de grupos paramilitares, assim como tem sido utilizada pelas FARC e o ELN para recepção de armamentos, tráfico de drogas e como lugar de descanso, refúgio, assistência médica, reabastecimento das tropas e contatos com o exterior (ROMÁN, 2005).

³¹ Marcelo Santos, Professor de Ciência Política da Universidade Estadual Paulista – UNESP (Campus Araraquara) e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos – INEU.

A maior parte das ações do Plano Colômbia tem sido concentrada na fronteira entre a Colômbia e o Equador, na medida em que os grupos paramilitares como as FARC ocupam essa região e provocam os conflitos entre os dois países.

A região se transformou num local que há diversas crises político-diplomáticas entre o governo colombiano e equatoriano pelo fato de existirem visões e as estratégias distintas no que se refere ao conflito colombiano e ao narcotráfico.

Na década de 1990, esses criaram uma instância político-militar, a Comissão Binacional Fronteiriça (COMBIFRON), a fim de consolidar uma relação de confiança em torno da agenda de segurança e defesa na fronteira. Nessa mesma perspectiva de cooperação, em 2000, o Equador começou a receber recursos do Plano Colômbia e contratou com os EUA um convênio de concessão da Base de Manta, na sua costa do pacífico, para operações antidrogas(SANTOS, 2010).

De fato, existe uma diferença entre o governo equatoriano e colombiano em relação ao conflito na fronteira.

O governo equatoriano, principalmente com Rafael Correa, tem procurado se manter distante do conflito colombiano. Apoiado no princípio da não ingerência, por entender que o conflito é um problema colombiano e não de segurança regional, o Equador tem-se recusado a adotar a mesma estratégia de segurança dos colombianos. Nessa perspectiva, o país não confere às guerrilhas o *status* de terroristas, como querem os governos da Colômbia e dos EUA. Além disso, o governo equatoriano alega ser vítima do conflito colombiano, que traz um alto custo ao país, que não conta com os mesmos recursos econômicos e militares disponíveis aos colombianos (SANTOS, 2010, p 29).

A administração colombiana de Álvaro Uribe fez várias acusações quanto ao governo do Equador facilitar as atividades das FARC e ao narcotráfico. Por causa da posição equatoriana mencionada acima por Santos surgiram gerando algumas crises entre os dois países.

Os conflitos e tensões entre os dois países aumentaram após 1 de março de 2008, quando o governo colombiano bombardeou um acampamento das FARC dentro do território equatoriano (Angostura), sem o conhecimento e a aprovação do governo equatoriano. Essa operação militar resultou na morte Raúl Reyes, alto

comandante das FARC e mais 22 pessoas. O governo colombiano alegou que agiu de acordo com as teses da segurança preventiva, da legítima defesa e da co-responsabilidade internacional contra atores terroristas que utilizavam o território equatoriano para atacar a Colômbia. Destacado pela OEA e pelo grupo do Rio como uma violação da soberania do Equador, esse episódio levou o governo equatoriano a romper relações diplomáticas com a Colômbia (SANTOS, 2010).

Desde então, o governo equatoriano pede para o governo colombiano cumprir cinco requisitos com o intuito de restabelecer as relações:

- 1) A Colômbia deve abandonar sua campanha de vincular o Equador e suas autoridades com as Farc;
- 2) deve aumentar a presença de força armada na fronteira;
- 3) deve facilitar a informação requerida sobre a incursão de 1 de março;
- 4) entregar as informações sobre os computadores encontrados em Angostura;
- 5) deve realizar uma contribuição a ACNUR para a assistência aos milhares de refugiados colombianos em território equatoriano (MRE-ECUADOR, 2008).

Após o ataque colombiano na fronteira, o governo equatoriano aumentou os gastos militares, transformou a fronteira com a Colômbia no local central para política de segurança e defesa.

A fronteira colombiana com a Venezuela não é apenas a mais extensa e povoada entre cinco fronteiras terrestres que a Colômbia possui, mas também ocupa uma área de 2.219 Km.

A fronteira envolve numa parte, a vizinhança dos Departamentos colombianos de Guajira, Cesar, Norte de Santander e Arauca com os Estados venezuelanos de Zulia, Táchira e Apure, e noutra parte, a vizinhança dos Departamentos colombianos de Vichada e Guainía com o Estado venezuelano do Amazonas.



Figura 6: A fronteira entre Colômbia-Venezuela

Fonte: Wikipédia, Disponível em:

< http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Colombia_Venezuela_map.png>. Acesso em: 29. maio. 2011

Ao longo da história, apesar de divergências e crises políticas diplomáticas entre a Colômbia e a Venezuela, a imensa fronteira contribuiu para o intenso intercâmbio econômico, comercial, social e cultural e ajudou a estimular as relações bilaterais para interesses comuns como integração regional, desenvolvimento fronteiriço, segurança fronteiriça, migração ilegal, combate ao narcotráfico, etc.

Entretanto, na fronteira há os seguintes conflitos entre os dois países:

A região de Guajira-Zulia, de grande população indígena (Wayú) e de intercâmbio ativo, ainda guarda disputas limítrofes entre os dois países em águas marinhas e submarinhas do Golfo de Maracaibo e Ilhas Monjes. A área de Cesar e Serranía del Perijá-Zulia / Maracaibo apresenta inatividade decorrente da ausência de infraestrutura e das dificuldades climáticas e geográficas. Essa área tem sido utilizada estrategicamente pelas FARC e o ELN, que combatem na parte colombiana e se refugiam no lado venezuelano. A fronteira também registra presença de grupos paramilitares (SANTOS, 2010, p 30).

No caso da região de Vichada / Guainía - Amazonas, com baixa densidade populacional, ausência dos Estados e ampla fonte de recursos naturais, conta com cultivos de coca e constitui-se num corredor estratégico para as atividades de transporte de armas e drogas pelas FARC (BUELVAS Y PIÑEROS, 2008).

Em função da tentativa do Estado colombiano para conter as atividades ilegais na fronteira, os grupos ilegais armados modificaram suas estratégias, diminuindo os combates e desenvolvendo ações seletivas nas fronteiras dos Departamentos de Arauca, Guajira e Norte de Santander com a Venezuela (SANTOS, 2010).

Em Norte de Santander, com a retomada de territórios importantes pelo Estado colombiano, guerrilheiros e paramilitares têm praticado alianças em torno dos cultivos de coca e do tráfico de drogas nas fronteiras com o Estado venezuelano de Táchira. Grupos de paramilitares também controlam o contrabando de combustível proveniente da Venezuela (GÓNGORA, 2009).

Ainda permanecem na fronteira as atividades para comercializar armas ilegais, drogas e contrabando pelos grupos paramilitares como as FARC.

O conflito colombiano e sua relação com o narcotráfico acontecem no território venezuelano devido à ausência de autoridade governamental nas fronteiras gerando um ambiente de desconfianças, suspeitas, tensões e decisões unilaterais. Além disso, as ideologias distintas entre os governos de Álvaro Uribe e de Hugo Chávez criaram doutrinas de segurança divergentes e congelaram as relações em torno do conflito nas fronteiras.

Do lado venezuelano, o governo de Hugo Chávez sempre apresenta uma queixa e critica as relações colombianas com os EUA e o Plano Colômbia, uma vez que para o governo venezuelano, a Colômbia não tenta cuidar plenamente de suas fronteiras, não confere punição devida aos paramilitares e os efeitos do Plano Colômbia têm causado grande instabilidade regional. Há uma grande percepção na Venezuela, não só do governo Chávez, de que o conflito colombiano traz ao país, além dos custos dos refugiados e *indocumentados* colombianos, a criminalidade, o narcotráfico e a insegurança (CORREAL Y VASQUEZ, 2008).

O governo colombiano também critica o governo venezuelano lançando suspeita sobre as relações estreitas entre as FARC e o governo Chávez:

Do lado colombiano, o governo de Álvaro Uribe nunca concordou com a posição declarada de neutralidade do governo Chávez em relação ao conflito interno da Colômbia, como também sempre discordou da postura venezuelana de não catalogar as guerrilhas como organizações terroristas e tratá-las como grupos beligerantes e interlocutores. A diplomacia presidencial colombiana fez pesadas críticas aos acordos e compromissos assumidos pelo governo venezuelano com as FARC, sem consentimento e notificação a Bogotá. Nessa perspectiva, a Colômbia atribuiu ao governo Chávez uma afinidade ideológica e política com as guerrilhas colombianas, acusando Caracas de apoiar as FARC com armas, dinheiro e refúgio territorial (SANTOS, 2010, p 32).

Além disso, o governo colombiano promoveu críticas a Venezuela por não cooperar com os EUA e Colômbia no combate ao narcotráfico, fato que teria convertido a Venezuela num amplo e seguro corredor para embarque de drogas, provenientes da Colômbia, para África, Europa, EUA e América do Sul (estima-se que 50% da produção de cocaína colombiana passe pela Venezuela) (BUELVAS Y PIÑERO, 2008).

3.3.2 O desdobramento de invasão da fronteira

A crise diplomática entre Colômbia, Equador e Venezuela acentuou-se após um ataque do governo colombiano contra as FARC o qual resultou na morte de Raúl Reyes³², líder considerado o número dois na hierarquia das FARC, em território equatoriano em primeiro de março de 2008. Além de Reyes, outros 16 guerrilheiros foram mortos na ação colombiana. O governo de Quito afirma que, no total, seriam 22 mortos. As mortes ocorreram na região da cidade chamada de Santa Maria, situada ao nordeste do Equador, cerca de 2 km da fronteira com a Colômbia.

³² cujo nome verdadeiro era Luis Edgar Devia, que era porta-voz e número dois na hierarquia de comando da organização, além de Guillermo Enrique Torres (Julián Conrado), considerado um dos principais ideólogos da guerrilha.

Elas são resultado de uma ação militar iniciada na Colômbia para o combate contra as FARC e desarticulação de sua estrutura mantida em território colombiano.

A crise diplomática entre os três países quase se desdobrou em guerra, quando a Força Aérea colombiana bombardeou um acampamento das FARC em território equatoriano no dia primeiro de março de 2008 e mostrou dados supostamente retirados dos computadores do executado Raúl Reyes, o “número 2” da guerrilha, pondo em evidência supostas relações ilícitas entre a Venezuela e as FARC; Chávez fez duras críticas do ataque realizado pelas forças armadas colombianas no território equatoriano; pediu que todos os funcionários venezuelanos da embaixada em Bogotá voltassem para a Venezuela; enviou tropas do exército para a fronteira com a Colômbia apoiando o Equador incondicionalmente.



Figura 7: A operação colombiana contra as FARC

Fonte : Ministério da defesa da Colômbia, agências internacionais (2008)

Segundo o ministério da defesa da Colômbia, a operação militar contra as FARC aconteceu da seguinte forma:

Em primeiro de março de 2008, a Força aérea colombiana lançou ataque aéreo à Granada onde estariam guerrilheiros e o número 2 das FARC, Raúl Reyes. Logo após, as FARC atiram contra os militares em um acampamento no Equador, local conhecido como Santa Rosa, a 1,8 km da fronteira (ao sul do rio Putumayo).

Ainda, as Forças colombianas bombardeiam acampamento no Equador, mas insistem que não violaram o espaço aéreo do vizinho e que o presidente equatoriano, Rafael Correa, foi informado.

Por fim, militares entram no Equador para buscar o corpo de Raúl Reyes e de outro guerrilheiro.

Em 1 de março de 2008, o governo colombiano, por meio do ministro de defesa, Juan Manuel Santos, confirmou a morte de Raúl Reyes, membro do Secretariado das FARC, em combates travados no território equatoriano³³. Houve protestos por parte do governo equatoriano e venezuelano pelo fato das tropas colombianas terem bombardeado o seu território durante a operação.

A ação do Exército da Colômbia criou uma crise política na América do sul, desencadeando reações tanto do Equador quanto da Venezuela. Os dois países mobilizaram tropas em suas fronteiras com a Colômbia, chamaram de volta seus embaixadores em Bogotá e seus respectivos presidentes elevaram o tom das ameaças ao país vizinho.

O ataque, segundo nota da chancelaria do equador, ocorreu dentro do território do país, o que foi comprovado após o envio de tropas equatorianas para a região de fronteira com a Colômbia. Essa ação foi considerada uma violação à soberania equatoriana.

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) é uma organização de inspiração comunista, autoproclamada guerrilha revolucionária marxista-leninista, que opera mediante táticas de guerrilha. Lutam pela implantação do socialismo na Colômbia³⁴. As FARC são consideradas uma organização terrorista pelo governo da Colômbia, pelo governo dos Estados Unidos, Canadá e pela União Européia. Os governos de África, Equador, Bolívia, Brasil, Argentina e Chile não lhes aplicam esta classificação.

O presidente Hugo Chávez rejeitou publicamente esta classificação em Janeiro de 2008 e apelou à Colômbia como outros governos a um reconhecimento diplomático das guerrilhas enquanto "força beligerante", argumentando que elas estariam assim obrigadas a renunciar ao sequestro e actos de terror a fim de respeitar a Convenção de Genebra.

As FARC são uma organização paramilitar criada na década de 1960 como um braço armado do Partido Comunista Colombiano.

Hoje, é considerada por alguns países como grupo terrorista, entre eles: a Colômbia, os Estados Unidos (EUA) e a União Europeia (UE). O número de membros seria mais ou menos 10 e 15 mil e estão presentes em aproximadamente 35% do território colombiano. São diretamente financiados pelo narcotráfico, posto que sejam proibidos a seus membros consumir a droga por eles produzida e comercializada. Além disso, uma importante parte da estratégia de ação do grupo é a realização de sequestros, especialmente, de importantes políticos colombianos (NOGUEIRA, 2008).

Enfim, após a ação do exército colombiano em território equatoriano para combater as FARC, que atingiu o ponto culminante com a morte de Raúl Reyes, instalou-se uma grave crise política no subcontinente principalmente entre os três países gerando uma disputa polêmica e sendo obstáculo para a integração regional.

³³Reyes foi abatido pela Colômbia em Teteyé

³⁴Notícia publicada em BBC NEWS. **“Colombia’s most powerful rebels”**, 19/09/2003. Disponível em:

< <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/1746777.stm> > . Acesso em: 22. março. 2011.

3.3.3 A posição do Equador

Assim que Reyes morreu no território equatoriano, o presidente do Equador, Rafael Correa, declarou que o presidente colombiano o tinha informado da situação e afirmou que enviaria as suas forças militares para investigar os fatos ocorridos na zona de fronteira.

A Colômbia havia entrado ilegalmente no território equatoriano a fim de bombardear o acampamento de Reyes, ninguém pode entrar na zona de fronteira e ainda menos armado, por mais que sejam forças irregulares ou regulares(Correa, 2008). Os guerrilheiros mortos foram bombardeados e "massacrados" utilizando "tecnologia de ponta" enquanto dormiam no seu acampamento, provavelmente com a ajuda de alguma "potência estrangeira" (não especificada), e o exército colombiano terá entrado no Equador unicamente para recuperar o cadáver de Reyes, abandonando os restantes. Correa concluiu que "o presidente Uribe esteve mal informado ou descaradamente lhe mentiu, mas o governo equatoriano não irá permitir mais ultrajes do governo colombiano e vai até às últimas consequências para que se aclare este escandaloso facto de agressão ao nosso território e à nossa pátria".³⁵

O governo do Equador retirou o seu embaixador em Bogotá e enviou uma nota de protesto, na qual pede à Colômbia que explique o "indevido proceder das suas forças militares", reiterando que "nenhuma força militar regular ou irregular pode atuar no território do Equador que, com o direito à legítima defesa e à segurança, repelirá, capturará e submeterá à justiça aqueles que entrem armados no território ou se estabeleçam para desenvolver atividades à margem da lei". Na nota conclui-se que "o Estado equatoriano colaborou com as autoridades colombianas em ações conformes às leis dos dois países e aos direitos humanos.

³⁵ Notícia publicada em EL UNIVERSO. "**Correa: Uribe mintió y solo se registró masacre**", 02/03/2008. Disponível em:

<<http://www.eluniverso.com/2008/03/02/0001/14/634FED8C9CF54D739F2273D975E9F742.html>>.

Acesso em: 07. Abril. 2011.

Lamentavelmente esta cooperação bilateral não se verificou em torno dos fatos descritos, que portanto significam a violação da integridade territorial e a ordem legal do Equador".³⁶

No dia 2 de Março de 2008, o presidente Correa ordenou que o embaixador colombiano em Quito saísse do Equador e solicitou uma reunião urgente da Organização dos Estados Americanos(OEA) e da Comunidade Andina de Nações(CAN), além de reiterar a mobilização de tropas equatorianas para a fronteira norte. Em seguida, Correa exigiu ao governo colombiano não só desculpas formais mas também compromissos respeitosos com o Equador.

Comunicado emitido pelo governo da República do Equador:³⁷

O Governo Nacional rompeu relações com a Colômbia logo que descobriu a realidade dos factos que ocorreram na província de Sucumbíos na qual morreram vários integrantes das FARC; Durante a verificação dos factos, o exército equatoriano localizou uma patrulha da Colômbia, a mesma que assinalou que estava rodeada por 200 elementos das Farc. "Dei imediatamente ordem de que se proteja por todos os meios essa patrulha, se é que havia um ataque das FARC. Protejam a vida dos soldados colombianos. Depois verificamos que tudo era falso, que era uma patrulha que tinha participado no ataque e que estava a ganhar tempo para poder regressar ao seu país".

Entretanto, o governo da Colômbia assegura ter encontrado documentos sobre supostas ligações do governo equatoriano com as FARC em computadores de Raúl Reyes, morto na operação militar, revelando a existência de vínculos entre as FARC e o presidente equatoriano Correa.

O presidente Correa afirma que são acusações falsas, uma vez que tais documentos não são assinados.

³⁶ Notícia publicada em TeleSur. "**Ecuador considera como "agresión" y "ultraje" invasión militar colombiana que mató a Raúl Reyes**", 01/03/2008. Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/secciones/noticias/nota/24974/ecuador-considera-como-agresion-y-ultraje-invasion-militar-colombiana-que-mato-a-raul-reyes/>>. Acesso em: 25. Abril. 2011.

O governo Equatoriano indicou que exigirá um pedido formal de desculpas e indenizações pelo ataque à Colômbia. Em nota, a Chancelaria da Colômbia disse que o país não violou a soberania do Equador e agiu em legítima defesa, mas, numa tentativa de serenar a crise, o porta-voz do presidente Álvaro Uribe disse que Bogotá pediria desculpas a Quito pela invasão.³⁸

O Estado colombiano, no dia 02 de março de 2008, desculpou-se pela ação com o Equador, explicou sua ação justificando a operação militar sem a violação da soberania equatoriana e atuou de acordo com o princípio de legítima defesa. Contudo, as desculpas colombianas foram insuficientes para terminar à crise política instaurada. Já que, além da exigência equatoriana de um compromisso por parte da Colômbia de que aquele fato não mais se repetiria, o governo equatoriano exigia que sanções internacionais pudessem ser aplicadas (NOGUEIRA, 2008).

O governo equatoriano alega ser vítima do conflito colombiano, que traz um alto custo ao país, que não conta com os mesmos recursos econômicos e militares disponíveis aos colombianos. Essa posição equatoriana gerou duras críticas da administração colombiana de Álvaro Uribe, que sempre considerou seu conflito armado um tema de segurança regional. Nessa perspectiva, a administração Uribe fez várias acusações de que o governo do Equador facilitava as atividades das FARC e do narcotráfico (FARAH y SIMPSON, 2010).

³⁷ Notícia publicada em ELESPECTADOR.COM. 01/03/2008. Disponível em:

<<http://www.elespectador.com/elespectador/Secciones/Detalles.aspx?idNoticia=22928&idSeccion=21>>. Acesso em: 22. Nov. 2010.

³⁸ Notícia publicada em O GLOBO. “**Ação contra Farc abre crise entre Colômbia, Equador e Venezuela**”, às 22: 32, 02/03/2008. Disponível em:

<http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2008/03/02/acao_contra_farc_abre_crise_entre_colombia_equador_venezuela-426049667.asp>. Acesso em: 22. jun. 2011.

3.3.4 A posição do Venezuela

Após receber um telefonema de seu colega equatoriano, Rafael Corrêa, o chefe de Estado venezuelano, Hugo Chávez, ordenou o fechamento da embaixada da Venezuela na Colômbia e a mobilização de "10 batalhões" militares na fronteira entre os dois países, elevando a tensão com a Colômbia. Chávez chamou seu colega colombiano, Álvaro Uribe, de "criminoso, mafioso e paramilitar", e acusou-o de dirigir um "narcogoverno", Chávez advertiu à Colômbia que uma eventual incursão militar em seu país em busca de guerrilheiros das Farc será o equivalente a uma declaração de guerra.³⁹

Chávez criticou a ação da Colômbia, reagiu imediatamente e apoiou o presidente equatoriano, Correa, incondicionalmente.

O presidente da Venezuela, Hugo Chavez, país vizinho da Colômbia, entendeu como iminente ameaça à integridade territorial venezuelana. Em medida de repúdio à ação colombiana, demonstrou seu apoio aos equatorianos fechando sua embaixada em Bogotá, capital colombiana, e deslocou tropas para a fronteira com a Colômbia. Este posicionamento político foi corroborado pelas declarações de Hugo Chavez, que afirmou caso uma invasão venha a acontecer do lado da fronteira com a Venezuela, está deverá ser, sumariamente, considerada como um ato de guerra. Posteriormente, no mesmo sentido, agiu o presidente do Equador, Rafael Correa, fechando sua embaixada em Bogotá e decretando a "expulsão imediata" do embaixador da Colômbia em Quito, Carlos Holguín. Numa ação mais prática, mobilizou tropas para a fronteira com a Colômbia e solicitou reuniões urgentes no âmbito da Comunidade Andina de Nações (CAN) e na Organização dos Estados Americanos (NOGUEIRA, 2008, p 2).

Além disso, em 2 de Março de 2008, Chávez relatou no programa de rádio dominical, 'Alô presidente', que a morte de Reyes foi um "covarde assassinato" e após várias conversas com Corrêa, ambos chegaram à conclusão de que o governo colombiano mentiu em sua explicação oficial ao governo do Equador, no que se refere à morte de Reyes. E terminou prometendo seu apoio à Correa.

Chávez afirmou que Colômbia pretende se transformar no "Israel da América Latina". Posteriormente se dirigiu em tom descalificativo ao presidente colombiano:

"Uribe é um criminoso, não só mentiroso, paramilitar e dirige um narcogoverno, lacão do imperialismo norte-americano, subordinado de Bush e faz o que ele manda fazer. É criminoso e dirige uma banda de criminosos no Palácio de Nariño".³⁹

O presidente Venezuelano também anunciou que não participará da próxima reunião da UNASUL, prevista para acontecer na Colômbia. Chávez declarou que as recentes ações do presidente sub-imperialista, lacão e mentiroso da Colômbia têm sido um duro golpe no processo de integração sul-americana.

Disse ainda que não vai permitir ao império norte-americano e ao seu "cachorro", o presidente Uribe e a oligarquia colombiana, que traga uma guerra para os países sul-americanos.

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, declarou o rompimento das relações com a Colômbia no dia 22 de julho de 2010 através do programa nacional de televisão: ordenou a "alerta máxima" na fronteira diante da gravidade do ocorrido; pediu ao embaixador colombiano no país para sair em 72 horas; fechou a embaixada colombiana no país; mobilizou as tropas militares venezuelanas na fronteira com a Colômbia, cuja distância é cerca de 2.300 km.

A tensão entre os dois países aumentou quando a Colômbia alegou haver ligações entre a Venezuela e as FARC. À medida que a Colômbia critica que a Venezuela esconde as FARC no território venezuelano, Chávez ordenou que o embaixador venezuelano em Bogotá voltasse e a Colômbia também pediu que o embaixador colombiano em Caracas estivesse de volta.

Em julho de 2010, o governo de Álvaro Uribe, em fim de mandato, apresentou denúncias a OEA, mostrando fotos, vídeos e testemunhos que indicam relações ilícitas entre as FARC, o ELN e o governo de Chávez. Foi identificado a presença de aproximadamente 1.500 guerrilheiros dentro do território venezuelano sob a permissão de Chávez.

³⁹ Notícia publicada em Diario de Sevilla, "**Chávez envía tropas a la frontera con Colombia y cierra la embajada**", às 19: 36, 02/03/2008. Disponível em: <<http://www.diariodesevilla.es/article/mundo/67600/chavez/envia/tropas/la/frontera/con/colombia/y/cierra/la/embajada.html>>. Acesso em: 30. jun. 2011.

Mesmo a diplomacia venezuelana reconhecendo a presença de guerrilheiros colombianos no país, negou que o governo tivesse algum vínculo com esses grupos, e ressaltou que as Forças Armadas combatem aos grupos paramilitares e entregando membros guerrilheiros para a Colômbia.

Apesar da justificativa de Chávez, tanto dentro quanto fora da Venezuela existem intensas críticas contra o presidente Chávez, visto que ele prejudicou a Nação em um problema externo, ainda que a Venezuela não tenha sido invadida e nem agredida.

Na opinião de Rosales⁴⁰(2008), a imensa maioria deste povo não quer mais problemas, não quer mais violência, inconvenientes nem distanciamento com outros países, sem que solucionem os problemas, e o Presidente da Venezuela tem que ser acusado devido à alta traição à pátria por colocar a Venezuela em atitude de guerra por defender as posições e andanças de uma organização que representa a guerrilha e ao terrorismo.

Em 4 de março de 2008, o general Raúl Isaías Baduel, Comandante Geral do Exército da Venezuela até 2006 e Ministro da Defesa da Venezuela até junho de 2007, co-fundador do Movimento Bolivariano Revolucionário, junto com Hugo Chavez e outros, realizou severas críticas no que se refere ao anúncio da mobilização dos batalhões por parte de Chávez.

[El anuncio del desplazamiento de los batallones por parte de Chávez] ha sido hecho ante micrófonos, como si fuera un *reality show*. Y ese anuncio proviene de alguien que se supone que los planes de movilización deben manejarse con reserva. Chávez quiere ir a la guerra como Mambrú: solo. Porque a la guerra no sólo van generales y almirantes. Van mandos medios, oficiales y suboficiales que razonan y saben que no ha habido una agresión contra nuestro país. Las razones son ficticias. Y el pueblo venezolano, del que las fuerzas armadas forman parte, lo sabe. Este incidente no ha sucedido con nosotros, sino con países vecinos, añade Baduel. "Chávez pretende importar el problema, pero no ha habido ninguna agresión a nuestro país, ni siquiera una amenaza cierta. Aquí no existe un adversario real. Como ministro de Defensa puedo dar fe de la responsabilidad con que el Ejército colombiano manejaba los asuntos de coordinación con Venezuela".⁴¹

Baduel foi contra Chávez a respeito da mobilização de tropas militares na fronteira, uma vez que Chávez as fez como fosse um *reality show*.

Porque Chávez usa a tensão militar e política para consolidar seu poder e semear anti-americanismo na região provocando conflitos diplomáticos, principalmente com a Colômbia que tem a relação estreita com os EUA.

3.3.5 A posição do Colômbia

Logo que Raúl Reyes morreu na operação colombiana, o presidente colombiano Álvaro Uribe anunciou que "hoje demos outro passo contra o terrorismo que não respeita fronteiras e que pretende seduzir os povos enquanto tem a possibilidade de utilizá-los e finalmente os invade e os surpreende", adiantando que assumia a responsabilidade total da operação.

Após as declarações de Correa e Chávez, o governo colombiano, mediante o seu chanceler Fernando Araújo, pediu desculpas ao Equador, "pela acção que se viu obrigado a executar junto da zona de fronteira, consistente na entrada de helicópteros colombianos com pessoal das Forças Armadas em território equatoriano, na qual se resgatou o cadáver de Raúl Reyes, de outro guerrilheiro e alguns elementos pessoais, tal como de abundante documentação e correspondência do terrorista, e três computadores". O comunicado adianta que "o Governo colombiano nunca teve a pretensão ou a disposição de faltar ao respeito ou fragilizar a soberania ou a integridade da irmã República do Equador".⁴²

⁴⁰ No dia 3 de março de 2008, o Governador do frontereiro estado Zulia, Manuel Rosales, líder da oposição venezuelana, criticou a atitude de Chávez.

⁴¹ Notícia publicada em EL PAIS, "**Las razones de Chávez para ir a la guerra con Colombia son ficticias**", 04/03/2008. Disponível em:

<http://www.elpais.com/articulo/internacional/razones/Chavez/ir/guerra/Colombia/ficticias/elpepuint/20080304elpepiint_3/Tes>. Acesso em: 30. jun. 2011.

⁴² Notícia publicada em EL MUNDO, "**Colombia se disculpa ante Ecuador por la incursión 'obligada' en su territorio**", às 03: 44, 03/03/2008. Disponível em:

<<http://www.elmundo.es/elmundo/2008/03/03/internacional/1204512283.html>>. Acesso em: 30. jun. 2011.

A chancelaria afirmou que Raúl Reyes "dirigia desde há muitos anos operações criminosas no sul do nosso país e clandestinamente, a partir do território equatoriano sem o consentimento do seu Governo" e expressou a sua vontade de "avançar no desenvolvimento de mecanismos de cooperação na luta contra o terrorismo".

O governo colombiano está disposto a indenizar os cidadãos equatorianos que pudessem ter ficado afectados pelos factos antes descritos (URIBE, 2008).

Com efeito, quando morreu Raúl Reyes, estava em um acampamento no equador. Segundo o ponto de vista do governo colombiano, se não tivessem tido a permissão do Equador ou a existência de "vínculos" entre o Presidente do Equador, os guerrilheiros das FARC, não teriam entrado no território equatoriano.

A presidência da Colômbia assegura ter documentos que devem ser provas do envolvimento do Presidente do Equador, Rafael Correa, com os guerrilheiros das FARC. Segundo o general Oscar Naranjo, diretor da Polícia Nacional colombiana, os documentos "permitem falar de um relacionamento estrutural das FARC tanto na Venezuela quanto no Equador".

Também foram encontradas em poder dos guerrilheiros mortos, informações que comprovavam a ligação de Chávez com as FARC, havendo inclusive provas de que o governo venezuelano teria pago 300 milhões de dólares à organização, em contrapartida a recente liberação de reféns, em fevereiro de 2008. Além disso, foram divulgadas notas que comprovariam a ligação entre o Presidente Chávez e o chefe da guerrilha, Manuel Marulanda. Estas informações caso confirmadas poderiam causar uma crise ainda mais grave entre Venezuela e Colômbia, pois possibilitaria alegações de invasão de soberania agora de parte do Estado colombiano. Porém, o presidente colombiano, Álvaro Uribe, apenas anunciou que denunciará Hugo Chávez, Chefe de Governo da Venezuela, ao Tribunal Penal Internacional por financiar o terrorismo, assim que forem comprovadas as informações (Ibdem, p 2).

Enquanto o governo colombiano mostra as provas das ligações entre as FARC e o Presidente Chávez, o governo venezuelano as nega. Todos estes acontecimentos fizeram com que a crise aumentasse sem a saída na região e a polêmica disputa levou Ban Ki-Moon, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a apresentar profunda preocupação com o aumento da tensão na região pedindo,

inclusive, aos países envolvidos que utilizassem o diálogo para solucionar seus problemas. Os documentos encontrados nos três computadores do guerrilheiro Raúl Reyes, capturados pelos serviços secretos militares da Colômbia, levantam a questão sobre quais são as relações do governo do Equador com a organização terrorista. O Ministro da Defesa da Colômbia, Juan Manuel Santos apresentou uma queixa contra o governo equatoriano, dizendo que se tivesse tido um tipo de colaboração real do governo do Equador a fim de prender as FARC, não teria-se provocado a situação complicada como a tensão militar e o rompimento da relação internacional entre os países vizinhos, porém nunca houve a devida colaboração do governo do Equador.

Três dias após a morte de Reyes, o vice-presidente colombiano, Francisco Santos Calderón, afirmou que "alguns países" latino-americanos não cumpriam a resolução das Nações Unidas de combate ao terrorismo e que a Colômbia "não aceitará provocações que coloquem em risco a estabilidade da região". Ele afirmou ainda que pedirá pela mediação da União Européia no caso.⁴³

⁴³ Notícia publicada em ESTADAO, "**Entenda a crise entre Colômbia, Equador e Venezuela**", às 11: 44, 03/03/2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,,133953,0.html>. Acesso em: 30. jun. 2011.

3.3.6 Os documentos das FARC

O Instituto Internacional para Estudos Estratégicos (IISS) publicou um livro em 10 de maio de 2011, cujo título leva “*Os Documentos Das FARC: Venezuela, Equador e o Arquivo Secreto de “Raúl Reyes”*” (*The FARC Files: Venezuela, Ecuador and the Secret Archive of “Raúl Reyes”*).

Esse livro trata-se no que diz respeito às FARC, revelando os seguintes:

O pensamento estratégico, operações e comportamento das FARC; as relações com uma ampla variedade de atores na região Andina; como as FARC estavam confinadas às áreas rurais no centro da Colômbia; como elas desenvolveram um plano ambicioso para chegar ao poder.

The FARC Files: Venezuela, Ecuador and the Secret Archive of “Raúl Reyes” se baseia nos e-mails e documentos encontrados no computador do comandante do alto escalão das FARC, Raúl Reyes, morto pelo governo colombiano durante uma incursão em um campo das FARC, dentro do território do Equador em 2008.

Os objetivos principais da estratégia internacional das FARC permaneceram constantes (Nigel Inkster, 2011). Eles eram:

- 1) *Assegurar apoio financeiro e militar.* Nesse ponto o grupo basicamente fracassou. Esforços constantes durante a reta final da Guerra Fria para integrar regimes supostamente compatíveis em termos de ideologia, como China, União Soviética e Coreia do Norte, para que proporcionassem patrocínio fracassaram e foram abandonados. As FARC vigorosamente perseguiram uma variedade de opções alternativas com o objetivo de adquirir sistemas de defesa aérea portáteis (MANPADS) para desafiar a supremacia aérea colombiana, mas não há evidência no arquivo ou em outras fontes que indique qualquer sucesso nesse plano;
- 2) *Adquirir apoio e legitimação internacional.* Aqui as FARC foram consideravelmente mais bem-sucedidas. No fim dos anos 90, o COMINTER realizava atividades políticas em 27 países latino-americanos e europeus, e começava a receber atenção de políticos e formadores de opinião que foram receptivos à narrativa das FARC sobre uma luta dos desfavorecidos contra

uma oligarquia repressiva e irresponsável. Até quando o apoio não era obtido, o grupo foi capaz de avançar no igualmente importante objetivo de gerar oposição ao governo colombiano. Depois de as FARC terem sido definidas como organização terrorista no período seguinte ao 11 de Setembro, algumas das representações do grupo, que tinham assumido um caráter quase diplomático, tiveram que ser fechadas. Mas foram substituídas por organizações locais nativas, que se provaram muito eficientes em conseguir apoio para as FARC;

- 3) *Prejudicar os esforços do governo colombiano em desenvolver segurança internacional e cooperação transfronteiriça.* As FARC se empenharam para explorar as tensões entre a Colômbia e os países vizinhos e convencê-los a, no mínimo, adotar uma posição de neutralidade no conflito ou até a promover o objetivo das FARC de serem reconhecidas como grupo beligerante. Esses esforços nem sempre foram bem-sucedidos e às vezes se mostraram contraproducentes, mas ao longo do tempo a relação entre a Colômbia e os vizinhos na região Andina sofreu uma deterioração progressiva, graças, em parte, aos esforços das FARC;
- 4) *Estabelecer e manter santuários em Estados vizinhos.* Esses santuários serviram as clássicas funções militares de proporcionar abrigo, descanso e recreação, treinamento, reabastecimento e preparação para o combate, e se tornaram ainda mais importantes quando as forças de segurança da Colômbia desenvolveram maior mobilidade com o uso de poder aéreo, tornando mais difícil para as FARC manter posições fixas dentro da Colômbia. O arquivo também mostra como as FARC exploraram esses enclaves para se encontrarem com uma variedade de outros atores fora do alcance do governo colombiano. Esses incluíam simpatizantes políticos, traficantes de drogas, integrantes de grupos armados estrangeiros (como o ETA), que receberam treinamento das FARC, e comerciantes de armas – um dos quais alegou representar o Estado chinês.

Além disso, estes documentos tratam da estreita relação dos presidentes do Equador e Venezuela com as FARC e aliança armada entre as FARC e o governo da Venezuela em detalhe.

Nesse sentido, os documentos das FARC mostram os seguintes (Nigel Inkster, 2011):

- 1) O governo venezuelano financiou o escritório das FARC em Caracas e ofereceu documentação e outras formas de assistência para integrantes das FARC;
- 2) Chávez ofereceu apoio material às FARC, a fim de mudar o equilíbrio militar na Colômbia;
- 3) Chávez se comprometeu a ajudar o grupo a conseguir legitimidade política, reafirmou formalmente o direito das FARC de usar o território venezuelano perto da fronteira colombiana e, especialmente importante, ofereceu US\$ 300 milhões, sendo que US\$ 50 milhões seriam disponibilizados imediatamente;
- 4) Quando Rafael Correa declarou a candidatura presidencial em 2006, as FARC contribuíram com aproximadamente US\$400 mil para a campanha dele (US\$ 100 mil aparentemente vieram diretamente das FARC e US\$ 300 mil adicionais vieram dos aliados do grupo) em uma etapa crítica.

O governo colombiano insiste na existência de vínculos entre o presidente do Equador, Rafael Correa, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez e os guerrilheiros das FARC com prova dos documentos das FARC que foram encontrados nos discos dos três computadores capturados pelos serviços secretos militares colombianos do guerrilheiro abatido. Porém, eles negam a alegação do governo colombiano e criticam o presidente colombiano e rompem com as relações internacionais. Desta forma, permanece a crise entre a Colômbia, o Equador e a Venezuela em torno das FARC gerando conflitos e prejudicando entre si.

Em fim, os conflitos entre eles devem ser sérios obstáculos no sentido da segurança e da integração regional.

4. Conclusão

A disputa no que diz respeito à instalação das bases militares norte-americanas procede da ideologia política distinta dos presidentes, ou seja, é o conflito entre os **países da esquerda na América do sul**, tais como a Bolívia, o Equador e a Venezuela e a **Colômbia** que precisa certamente do Plano Colômbia e da presença das bases militares norte-americanas, os quais são vitais ao crescimento econômico, ao desenvolvimento democrático e à operação militar de forma eficaz contra o narcotráfico e o terrorismo.

A diferença ideológica política entre os países-membros pode representar uma barreira grave para integração regional. Por essa razão, espera-se da UNASUL um desempenho notável na resolução e na mediação de conflitos.

Em resumo, pode-se dizer que o atual conflito em torno das bases militares norte-americanas é uma polêmica entre a esquerda e a direita regional e internacional.

No caso da crise entre o Brasil e a Bolívia, apesar da contribuição brasileira ser maior para a Bolívia, por que a Bolívia escolheu a nacionalização, gerando conflitos como greves, problemas econômicos, pondo a economia em risco? A primeira causa é a ideologia política do presidente da Bolívia, Evo Morales. Ele entrou para o Movimento ao Socialismo (MAS) em 1997, foi eleito para o Parlamento em sua província, depois em 2002, candidatou-se à presidência da Bolívia, concorrendo com Sanchez de Lozada.

Mesmo que tendo sido derrotado, seu nome foi consolidado na cabeça do povo como primeiro líder indígena.

Evo Morales exerceu o papel principal na **La guerra del Agua de Cochabamba** e na guerra de gás natural, seguindo a ideologia política de esquerda. Em 2005, prometeu ao povo a nacionalização como compromisso público principal, com isso foi eleito com a maioria esmagadora dos votos.

A segunda causa é existência da assimetria econômica entre o Brasil e a Bolívia. Segundo o FMI(2009), o PIB do Brasil foi de 1.594.490 (million of US dollars) enquanto o da Bolívia foi de 17.340 (million of US dollars).

Na realidade, existe muito contraste de riqueza e pobreza entre eles o qual deve ser uma barreira séria para integração regional. O PIB do Brasil é noventa e duas

vezes maior do que o da Bolívia, o que confirma ainda mais a desigualdade econômica entre os dois países. A assimetria econômica provoca a divergência entre eles no negócio e no contrato, gerando os conflitos entre os dois e impedindo a integração regional. Tomemos como exemplo o gasoduto Brasil – Bolívia (GASBOL).

O Brasil investe 80% do custo do gasoduto, e 20% foram investidos do lado boliviano. Em geral, quem investe mais deve obter maiores lucros. Dessa maneira, o Brasil obter mais lucros do que a Bolívia parece natural. Entretanto, o povo boliviano sentiu que tinha sido lesado pelas empresas estrangeiras ganhando menos lucros, apesar de a Bolívia ter gás natural, oferecendo-o para empresas estrangeiras.

Portanto, pode-se dizer que o desejo do povo boliviano que queria superar a pobreza e a assimetria econômica, e que o presidente Evo Morales que tem a ideologia política de esquerda, fizeram com que fosse decretada a nacionalização do gás e petróleo no país gerando muita polêmica em suas relações internacionais. O presidente da Venezuela, que tem mesma ideologia política da esquerda, apóia a decisão do presidente boliviano com o objetivo de consolidar laços políticos entre os dois países. Percebemos assim que a nacionalização dos recursos naturais bolivianos está relacionada de fato com a questão da ideologia política e a assimetria econômica entre os dois países.

Apesar do esforço para a integração regional, o que causa a crise entre Colômbia, Equador e Venezuela em torno das FARC?

Uma coisa é clara, que os conflitos entre os três países devem ser os obstáculos principais para integração regional. Nesse caso, a causa principal dos conflitos entre eles é devido à ideologia distinta dos presidentes. Ou seja, pode-se definir que a crise entre Colômbia, Equador e Venezuela representa o conflito entre o país da política direita e o da esquerda.

Recentemente, a Colômbia e a Venezuela querem normalizar a sua relação rompida. Os presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, e da Colômbia, Juan Manuel Santos, se comprometeram a melhorar as relações bilaterais entre seus países apesar das diferenças ideológicas de seus governos. Os chefes de Estado reuniram-se em Caracas.

Embora os países tenham suas diferenças, é necessário trabalhar juntos (SANTOS, 2011). A Colômbia e a Venezuela serão irmãs para sempre (CHÁVEZ,

2011).

Como os dois presidentes disseram, existe as diferenças ideológicas de cada governo. Com efeito, Chávez estava em conflito com o ex-presidente colombiano Álvaro Uribe devido às acusações de que rebeldes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia se refugiavam no território venezuelano.

Entretanto, desde que Santos assumiu o poder, os presidentes têm tentado uma reaproximação.

Santos enfatiza a importância do trabalho junto para os dois povos serem beneficiados. Caso contrário, pode prejudicar os dois povos. Chávez concorda com ele para a prosperidade conjunto.

Pode-se entender que a relação diplomática entre os dois foi restaurada não apenas para evitar os prejuízos econômicos, causados pelo conflito diplomático, mas também para o desenvolvimento econômico e o fortalecimento das relações internacionais.

No entanto, há a possibilidade de rompimento das relações diplomáticas entre os dois, uma vez que não resolvem as divergências fundamentais entre a Colômbia, que é um aliado militar dos EUA, e a Venezuela, anti-americanista.

Neste trabalho mostra-se os obstáculos para integração regional através dos três casos no sentido de integração regional.

O que ficou evidente nesses conflitos entre os países-membros da UNASUL foi que as ideologias distintas dos presidentes dos países e a assimetria econômica são os obstáculos para integração sul-americana.

Portanto, é necessário que os países-membros da UNASUL mantenham-se em estreita relação para resolver essas questões e para interesse comum. A integração ideológica dos países-membros deverá ser realizada com o objetivo de completar a UNASUL, e os esforços de integração social pelos governos, tais como o desenvolvimento equilibrado e a ampliação de infra-estrutura social, deverão ser desenvolvidos sem falta.

5. Referências Bibliográficas

5.1 Artigos acadêmicos

BUELVAS, Eduardo Pastrana; PIÑEROS, Diego Vera. “**¿Irreversibilidad de la degradación de las relaciones político-diplomáticas?**” En: BUELVAS, Eduardo Pastrana; WIELAND, Carsten; RESTREPO, Juan Carlos Vargas (editores). *Vecindario agitado. Colombia y Venezuela: entre la hermandad y la conflictividad*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2008. 221-264 p.

CÓRDOBA, Carlos Espinosa Fernández. “¿Es posible una nueva política de narcotráfico en Ecuador?” En: *Relaciones del Ecuador con sus países vecinos (Colombia-Perú)*. Quito: ILDIS-FES, 2006. 117-128 p.

DIAZ-RIVILLAS, B. **Política Exterior de los EEUU hacia Colombia**: el paquete de ayuda de 1.300 millones de dolares de apoyo al Plan Colombia y la región andina. v.31 Salamanca: América Latina Hoy, 2002. 175 p.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Monografia, Dissertação e Tese**. São Paulo: Avercamp, 2008.

GUERRA, Sidney César Silva. **Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

HOLANDA, Francisco Mauro. **O gás no Mercosul**: Uma perspectiva Brasileira. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão, 2001. 66 p.

MEZA, Ricardo. **Cultivos Ilícitos, conflito e processo de paz na Colômbia**. São Paulo: Paz e terra v.9, nº 4, 2001, 72-88 p.

NOGUEIRA, Joana Laura Marinho. **Crise Sul Americana: Equador, Colômbia e Venezuela**. São Paulo: Conjuntura Internacional, 2008.

RANGEL, J. **Brasil mudará matriz energética**: Oil & Gas Journal Latinoamericana Rio de Janeiro: PennWell, 2006. 26-27 p.

RIPPEL, M. P. **O Plano Colômbia como instrumento da política norte-americana para a América Latina e suas consequências**. Marinha do Brasil – Escola Naval de Guerra. 2004. 4-5 p.

SANTOS, Edmilson Moutinho dos ET alii. **Gás Natural: Estratégias para uma Energia Nova no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2002.

SCANDIFFIO, M.I.G. **A competitividade do gás natural no segmento de revestimento cerâmico brasileiro**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. 70 p.

SCHIED, Julie. **Cenários da integração regional: os desafios da União de Nações Sulamericanas (UNASUL) – o novo caminho da integração na América do sul in: União Européia a Mercosul: dois momentos especiais da integração regional**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Vol 1, 2007. 111 p.

SILVA, P.M. **Modelo de transporte em rede com restrições de capacidade: estudo de alternativas na área de influência do gasoduto Bolívia-Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Coordenação dos Programas de Pósgraduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. 49 p.

VILLEGAS, Carlos. **Decreto não Será Flexibilizado**. In: O Estado de S. Paulo. OESP, 24 set. 2006.

WERTHEIM, P. H. **Nem é o mesmo, nem é igual**: Oil & Gas Journal Latinoamericana, Rio de Janeiro: PennWell, 2006. 12-15 p.

5.2 Livros

DEUTSCH, Karl. **Análise das relações internacionais**. Tradução de Maria Rosinda

Ramos da Silva. 2. Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. 268 p.

HAAS, Ernest. **The uniting of Europe**. Stanford: Stanford University Press, 1958. 16 p.

-----, **BEYOND THE NATION-STATE: Funcionalismo and International Organization**. Stanford: Stanford University Press, 1963.

HAGE, José Alexandre Altahyde. **Bolívia, Brasil e A Guerra do Gás**. Curitiba: Juruá, 2008.

LEON N. Lindberg. **The political Dynamics of European Economic Integration**. Stanford: Stanford University Press, 1963. 6 p.

GUEDES DE OLIVEIRA, Marcos Aurélio. **Segurança e Governança nas Américas**. Olinda: Ed. do Autor, 2009. 57-66 p.

NYE, Joseph S. **COMPREENDER OS CONFLITOS INTERNACIONAIS: Uma Introdução à Teoria e à História**. Lisboa: Gradiva, 2002. 261 p.

5.3 Documentos oficiais

AMORIM, Celso. **Audiência Pública da Comissão de relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal**. Brasília, 9 de maio de 2006.

Decreto Supremo nº **28.701**, o presidente Evo Morales anunciou a nacionalização dos hidrocarbonetos através de um decreto que obriga as empresas estrangeiras a entregar toda sua produção à YPFB.

Notícia publicada em Agencia Púlsar, às 09: 12, de 02/05/2006. Disponível em:
< <http://www.agenciapulsar.org/nota.php?id=7670>>. Acesso em: 18. jun. 2011.

Energy Information Administration (EIA) International Energy Statistics Database 2009.

Evo Morales (o presidente da Bolívia), o discurso na Cúpula Extraordinária da UNASUL, realizada em Bariloche, Argentina, para discutir as bases militares dos EUA na Colômbia, em 28 de Agosto de 2009. Disponível em: <<http://www.estadoanarquista.org/blog/?p=3246>>. Acesso em: 15. jun. 2011.

JOSÉ GENOÍNO (O deputado federal de São Paulo, PT), o discurso na Câmara dos Deputados às 13:26, no dia 18/11/2009, sobre as bases militares na Colômbia, Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=319.3.53.O&nuQuarto=14&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:26&sgFaseSessao=BC&Data=18/11/2009&txApelido=JOSÉ GENOÍNO, PT-SP>>. Acesso em: 17. jun. 2011.

OSÓRIO ADRIANO (O deputado de Partido da Frente Liberal, PFL), o discurso na Câmara dos Deputados às 15:39, no dia 02 de maio de 2006, **Sessão: 068.4.52.O**. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=068.4.52.O&nuQuarto=34&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:39&sgFaseSessao=GE&Data=04/05/2006&txApelido=OSÓRIO ADRIANO, PFL-DF>>. Acesso em: 23. jun. 2011.

O texto do acordo militar entre a Colômbia e os EUA (2009)

Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, Brasília, 23 de maio de 2008.

WHITE PAPER, AIR MOBILITY COMMAND GLOBAL EN ROUTE STRATEGY, 2009, p. 22.

5.4 Artigos jornais

Ação contra Farc abre crise entre Colômbia, Equador e Venezuela, às 22: 32, 02/03/2008. Disponível em:

<http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2008/03/02/acao_contra_farc_abre_crise_entre_colombia_equador_venezuela-426049667.asp>. Acesso em: 22. jun. 2011.

Acompanhe a crise entre Petrobras e Bolívia, às 21: 01, de 07/12/2006. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2006/12/07/ult82u6089.jhtm>>. Acesso em: 22. jun. 2011.

Bases dos EUA na Colômbia ameaçam governos revolucionários, diz Evo, às 15: 07, de 31/10/2009. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u646078.shtml>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

Bolivian Nationalizes the Oil and Gas Sector, 02/05/2006. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2006/05/02/world/americas/02bolivia.html?n=Top%2fNews%2fWorld%2fCountries%20and%20Territories%2fBolivia>> Acesso em: 15. jun. 2011

Chávez envía tropas a la frontera con Colombia y cierra la embajada”, às 19: 36, 02/03/2008. Disponível em: <<http://www.diariodesevilla.es/article/mundo/67600/chavez/envia/tropas/la/frontera/con/colombia/y/cierra/la/embajada.html>>. Acesso em: 30. jun. 2011.

Colômbia e EUA assinam polêmico acordo para uso de bases militares, às 11: 01, de 30/10/2009. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u645506.shtml>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

Colombia's most powerful rebels, 19/09/2003. Disponível em: < <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/1746777.stm> > . Acesso em: 22. março. 2011.

Colombia se disculpa ante Ecuador por la incursión 'obligada' en su territorio, às 03: 44, 03/03/2008. Disponível em:

<<http://www.elmundo.es/elmundo/2008/03/03/internacional/1204512283.html>>.

Acesso em: 30. jun. 2011.

Entenda a crise entre Colômbia, Equador e Venezuela, às 11: 44, 03/03/2008.

Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,,133953,0.html>>.

Acesso em: 30. jun. 2011.

El gobierno boliviano afirma que no habrá desabastecimiento por la nacionalización de los hidrocarburos, às 09:04, de 02/05/2006. Disponível em:

<<http://edant.clarin.com/diario/2006/05/02/um/m-01188039.htm>> Acesso em: 17. jun. 2011.

Las razones de Chávez para ir a la guerra con Colombia son ficticias, 04/03/2008. Disponível em:

<http://www.elpais.com/articulo/internacional/razones/Chavez/ir/guerra/Colombia/ficticias/elpepuint/20080304elpepiint_3/Tes>. Acesso em: 30. jun. 2011.

Nacionalização de hidrocarbonetos na Bolívia pode afetar mercados, diz EU, às 09:12, de 02/05/2006. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u107304.shtml>> Acesso em: 17. jun. 2011.

ANEXO A - A cronologia da crise entre o Brasil e a Bolívia⁴⁴

22.04.06 Governo do presidente Evo Morales, da Bolívia, completa três meses sob protestos. É acusado de não cumprir promessas eleitorais, como a nacionalização do gás e do petróleo.

01.05.06 Morales decreta a nacionalização do setor de gás e petróleo e manda tropas militares ocuparem refinarias, inclusive a Petrobrás. Essa invasão foi criticada pelas empresas e considerada marketing político.

02.05.06 Lula diz que decisão da Bolívia é ato soberano do país e deve ser respeitada. Petrobrás ameaça recorrer a tribunais internacionais para garantir seus direitos.

03.05.06 Presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, anuncia em entrevista coletiva que a empresa estatal estava cancelando novos investimentos na Bolívia.

04.05.06 Presidente Lula reúne-se com Morales, Hugo Chávez (Venezuela) e Nestor Kirchner (Argentina) para discutir a nacionalização, mas o encontro é criticado por não ter decidido nada sobre preço do gás e indenização à Petrobras. Numa entrevista em outro momento, Morales declara que, ao anunciar suspensão de investimentos na Bolívia, a Petrobrás estava "chantageando" o país.

05.05.06 Lula diz que a Bolívia precisa de ajuda, "não de arrogância", critica os defensores de uma postura mais dura e diz que o governo quer ajudar o país mais pobre da América do Sul.

⁴⁴ Notícia publicada em UOL Economia, "**Acompanhe a crise entre Petrobras e Bolívia**", às 21: 01, de 07/12/2006. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2006/12/07/ult82u6089.jhtm>. Acesso em: 22. jun. 2011.

O presidente afirma que a Bolívia tem direito de aumentar o preço do gás, assim como a Petrobrás deve defender seus interesses.

Lula diz que não haverá aumento de preço para o consumidor brasileiro e, se for necessário, a Petrobrás absorverá esse custo.

A Petrobrás informa que dará 45 dias à Bolívia antes de procurar arbitragem em tribunal internacional.

08.05.06 A Bolívia nomeia diretores para assumir a direção da Petrobras e de outras petrolíferas.

Lula descarta "retaliação" e diz que negocia de forma "carinhosa". "Não vamos fazer retaliação a um país que é infinitamente mais pobre que o Brasil, um povo mais faminto que o povo brasileiro", afirma.

09.05.06 Petrobrás rejeita indicação de novos diretores para a empresa, anunciada no dia anterior pelo governo de La Paz, e diz que isso depende de mudanças na lei boliviana.

A oposição a Lula no Brasil considera a atuação do país "frouxa" com a Bolívia. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, diz que Lula não gostou da suposta interferência do presidente Hugo Chávez, da Venezuela, na decisão de nacionalização. "Foi transmitido ao presidente Chávez nosso desconforto e o desconforto pessoal do presidente Lula com algumas dessas ações", declara Amorim.

10.05.06 Ministros de Minas e Energia do Brasil, Silas Rondeau, e de Hidrocarbonetos da Bolívia, Andrés Soliz Rada, e os presidentes da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, e da Yacimientos Petroleros Fiscales Bolivianos (YPFB), Jorge Alvarado, fazem reunião em La Paz para discutir os preços do gás.

11.05.06 Evo Morales faz uma série de declarações polêmicas: diz que a petrobrás operava ilegalmente na Bolívia, chama as petrolíferas de "contrabandistas" (subentende-se que a Petrobras esteja incluída), revela que não vai pagar indenização nenhuma e alega ter tentado conversar com Lula antes da

nacionalização, mas teria sido barrado por assessores. Fala até que o Brasil comprou o Acre da Bolívia em troca de um cavalo. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, responde e diz que o governo brasileiro ficou "indignado".

Reportagem da revista britânica "The Economist" avalia que Lula foi "humilhado" por Hugo Chávez e transformado em um "espectador irrelevante" nesse episódio do gás. Nos bastidores, Lula diz que vê ação eleitoral de Morales e agora pensa em plano B, que seria ameaçar suspender a importação de gás da Bolívia, o que estrangularia a economia do vizinho.

A Bolívia recua publicamente e diz que os diretores de petrolíferas nomeados no dia 8 só assumem após negociação.

O Brasil e a Bolívia anunciam a criação de grupos técnicos de trabalho para tratar da atuação da Petrobrás naquele país.

12.05.06 O Brasil ameaça novamente recorrer à Justiça internacional. O ministro boliviano de Hidrocarbonetos, Andres Soliz Rada, afirma que a Bolívia não vai participar do Gasoduto do Sul (projeto que liga a Venezuela à Argentina) se a Petrobrás fizer parte.

Celso Amorim (Relações Exteriores) responde que, sem o Brasil, não haverá gasoduto nenhum. Em outra direção, Evo Morales baixa o tom, diz que não está expulsando a Petrobrás da Bolívia e vai se reunir com Lula para um acordo. O presidente em exercício da Bolívia, Álvaro García Linera, oferece às empresas de petróleo a garantia de regras duradouras, de segurança jurídica e espaço para lucro. Celso Amorim diz que reação forte à Bolívia será tomada no momento adequado e não descarta retirar embaixador do Brasil de La Paz.

13.05.06 Lula e Morales reúnem-se em Viena para discutir a crise. Dizem que "viraram a página dos mal-entendidos" e culpam a imprensa pelas declarações polêmicas. Morales promete "racionalidade" e afirma que quer exportar mais gás para o Brasil. Os presidentes dizem que vão se visitar. Lula convida Morales para jogar futebol no Brasil e declara que havia "mais fumaça do que fogo" na crise.

14.05.06 O vice-presidente boliviano, Álvaro García Linera, diz que o Brasil é mais

importante para a Bolívia do que a Venezuela e que o seu governo espera contar com mais investimentos da Petrobrás. "O Brasil é nosso principal aliado e sócio, e a Petrobrás é muito importante para nós", afirma Linera.

15.05.06 Lula diz que o Brasil buscará a auto-suficiência em gás natural e continuará a comprar gás boliviano, "desde que o gás da Bolívia seja conveniente do ponto de vista de preço para o povo brasileiro".

A companhia petrolífera francesa Total, sócia da Petrobrás em campos bolivianos, afirma que não aceitará "qualquer tipo de condição" imposta à permanência na Bolívia e que pode sair do país.

12.09.06 A estatal YPFB passa a exercer o direito de propriedade sobre toda a produção de derivados de petróleo e de GLP (gás de cozinha). A medida, que exclui o gás natural, confisca a renda da Petrobrás e prejudica as operações da companhia, pois proíbe a empresa de exportar diretamente derivados de petróleo e de fixar preços para produtos não-regulados, caso dos lubrificantes. O governo boliviano decide adquirir o controle das refinarias da Petrobrás no país sem pagar nada por isso, por considerar que a estatal brasileira já teve "ganhos extraordinários", segundo resolução divulgada pelo ministro de Hidrocarbonetos, Andrés Soliz Rada.

14.09.06 A Petrobrás divulga nota, contestando a decisão da Bolívia de assumir suas refinarias sem pagar e informando que avalia "possíveis medidas" legais contra o Ministério de Hidrocarbonetos e Energia do país. O presidente da estatal, José Sérgio Gabrielli, cancela visita que faria à Bolívia no dia seguinte. Sob pressão do governo brasileiro, a Bolívia recua e suspende a decisão de confiscar a renda e transferir o controle das refinarias para o monopólio estatal.

15.09.06 Com o recuo sobre o confisco de renda das empresas estrangeiras, o ministro de Hidrocarbonetos da Bolívia, Andrés Soliz, renuncia ao cargo. Assume Carlos Villegas.

07.12.06 A Petrobrás e a estatal YPFB concordam em ampliar por mais 120 dias

as negociações sobre o preço do gás. O prazo se encerraria em 10 de dezembro.

15.02.07 O Brasil e Bolívia chegam a um acordo que vai fazer o Brasil pagar até US\$ 100 milhões a mais por ano. O preço de US\$ 4,30 por milhão de BTUs não muda, mas o Brasil vai pagar um valor maior por componentes "nobres" do gás, como etanol, gás liquefeito de petróleo e gasolina natural.

ANEXO B - Tratado Constitutivo da UNASUL

(Brasília, 23 de maio de 2008)

A República Argentina, a República da Bolívia, a República Federativa do Brasil, a República do Chile, a República da Colômbia, a República do Equador, a República Cooperativista da Guiana, a República do Paraguai, a República do Peru, a República do Suriname, a República Oriental do Uruguai e a República Bolivariana da Venezuela,

PREÂMBULO

APOIADAS na história compartilhada e solidária de nossas nações, multiétnicas, plurilíngües e multiculturais, que lutaram pela emancipação e unidade sul-americanas, honrando o pensamento daqueles que forjaram nossa independência e liberdade em favor dessa união e da construção de um futuro comum;

INSPIRADAS nas Declarações de Cusco (8 de dezembro de 2004), Brasília (30 de setembro de 2005) e Cochabamba (9 de dezembro de 2006);

AFIRMANDO sua determinação de construir uma identidade e cidadania sul-americanas e desenvolver um espaço regional integrado no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e de infra-estrutura, para contribuir para o fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe;

CONVENCIDAS de que a integração e a união sul-americanas são necessárias para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável e o bem-estar de nossos povos, assim como para contribuir para resolver os problemas que ainda afetam a região, como a pobreza, a exclusão e a desigualdade social persistentes;

SEGURAS de que a integração é um passo decisivo rumo ao fortalecimento do multilateralismo e à vigência do direito nas relações internacionais para alcançar um mundo multipolar, equilibrado e justo no qual prevaleça a igualdade soberana dos Estados e uma cultura de paz em um mundo livre de armas nucleares e de destruição em massa;

RATIFICANDO que tanto a integração quanto a união sul-americanas fundam-se nos princípios basilares de: irrestrito respeito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados; autodeterminação dos povos; solidariedade; cooperação; paz;

democracia, participação cidadã e pluralismo; direitos humanos universais, indivisíveis e interdependentes; redução das assimetrias e harmonia com a natureza para um desenvolvimento sustentável;

ENTENDENDO que a integração sul-americana deve ser alcançada através de um processo inovador, que inclua todas as conquistas e avanços obtidos pelo MERCOSUL e pela CAN, assim como a experiência de Chile, Guiana e Suriname, indo além da convergência desses processos;

CONSCIENTES de que esse processo de construção da integração e da união sul-americanas é ambicioso em seus objetivos estratégicos, que deverá ser flexível e gradual em sua implementação, assegurando que cada Estado assuma os compromissos segundo sua realidade;

RATIFICANDO que a plena vigência das instituições democráticas e o respeito irrestrito aos direitos humanos são condições essenciais para a construção de um futuro comum de paz e prosperidade econômica e social e o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Membros;

ACORDAM:

Artigo 1

Constituição da UNASUL

Os Estados Partes do presente Tratado decidem constituir a União de Nações Sul-americanas (UNASUL) como uma organização dotada de personalidade jurídica internacional.

Artigo 2

Objetivo

A União de Nações Sul-americanas tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados.

Artigo 3

Objetivos Específicos

A União de Nações Sul-americanas tem como objetivos específicos:

- a) o fortalecimento do diálogo político entre os Estados Membros que assegure um espaço de concertação para reforçar a integração sul-americana e a participação da UNASUL no cenário internacional;
- b) o desenvolvimento social e humano com equidade e inclusão para erradicar a pobreza e superar as desigualdades na região;
- c) a erradicação do analfabetismo, o acesso universal a uma educação de qualidade e o reconhecimento regional de estudos e títulos;
- d) a integração energética para o aproveitamento integral, sustentável e solidário dos recursos da região;
- e) o desenvolvimento de uma infra-estrutura para a interconexão da região e de nossos povos de acordo com critérios de desenvolvimento social e econômico sustentáveis;
- f) a integração financeira mediante a adoção de mecanismos compatíveis com as políticas econômicas e fiscais dos Estados Membros;
- g) a proteção da biodiversidade, dos recursos hídricos e dos ecossistemas, assim como a cooperação na prevenção das catástrofes e na luta contra as causas e os efeitos da mudança climática;
- h) o desenvolvimento de mecanismos concretos e efetivos para a superação das assimetrias, alcançando assim uma integração equitativa;
- i) a consolidação de uma identidade sul-americana através do reconhecimento progressivo de direitos a nacionais de um Estado Membro residentes em qualquer outro Estado Membro, com o objetivo de alcançar uma cidadania sul-americana;
- j) o acesso universal à seguridade social e aos serviços de saúde;
- k) a cooperação em matéria de migração, com enfoque integral e baseada no respeito irrestrito aos direitos humanos e trabalhistas para a regularização migratória e a harmonização de políticas;
- l) a cooperação econômica e comercial para avançar e consolidar um processo inovador, dinâmico, transparente, equitativo e equilibrado que contemple um acesso efetivo, promovendo o crescimento e o desenvolvimento econômico que supere as

assimetrias mediante a complementação das economias dos países da América do Sul, assim como a promoção do bem-estar de todos os setores da população e a redução da pobreza;

m) a integração industrial e produtiva, com especial atenção às pequenas e médias empresas, cooperativas, redes e outras formas de organização produtiva;

n) a definição e implementação de políticas e projetos comuns ou complementares de pesquisa, inovação, transferência e produção tecnológica, com vistas a incrementar a capacidade, a sustentabilidade e o desenvolvimento científico e tecnológico próprios;

o) a promoção da diversidade cultural e das expressões da memória e dos conhecimentos e saberes dos povos da região, para o fortalecimento de suas identidades;

p) a participação cidadã, por meio de mecanismos de interação e diálogo entre a UNASUL e os diversos atores sociais na formulação de políticas de integração sul-americana;

q) a coordenação entre os organismos especializados dos Estados Membros, levando em conta as normas internacionais, para fortalecer a luta contra o terrorismo, a corrupção, o problema mundial das drogas, o tráfico de pessoas, o tráfico de armas pequenas e leves, o crime organizado transnacional e outras ameaças, assim como para promover o desarmamento, a não proliferação de armas nucleares e de destruição em massa e a deminagem;

r) a promoção da cooperação entre as autoridades judiciais dos Estados Membros da UNASUL;

s) o intercâmbio de informação e de experiências em matéria de defesa;

t) a cooperação para o fortalecimento da segurança cidadã, e

u) a cooperação setorial como um mecanismo de aprofundamento da integração sul-americana, mediante o intercâmbio de informação, experiências e capacitação.

Artigo 4

Órgãos Os órgãos da UNASUL são:

1. O Conselho de Chefes e Chefes de Estado e de Governo;
2. O Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores;

3. O Conselho de Delegadas e Delegados;

4. A Secretaria Geral.

Artigo 5

Desenvolvimento da Institucionalidade

Poderão ser convocadas e conformadas Reuniões Ministeriais Setoriais, Conselhos de nível Ministerial, Grupos de Trabalho e outras instâncias institucionais que sejam requeridas, de natureza permanente ou temporária, para dar cumprimento aos mandatos e recomendações dos órgãos competentes. Essas instâncias prestarão conta do desempenho de seus atos por meio do Conselho de Delegadas e Delegados, que o elevará ao Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo ou ao Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, conforme o caso.

Os acordos adotados pelas Reuniões Ministeriais Setoriais, Conselhos de nível Ministerial, Grupos de Trabalho e outras instâncias institucionais serão submetidos à consideração do órgão competente que os tenha criado ou convocado.

O Conselho Energético Sul-americano, criado na Declaração de Margarita (17 de abril de 2007), é parte da UNASUL.

Artigo 6

O Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo

O Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo é o órgão máximo da UNASUL.

Suas atribuições são:

- a) estabelecer as diretrizes políticas, os planos de ação, os programas e os projetos do processo de integração sul-americana e decidir as prioridades para sua implementação;
- b) convocar Reuniões Ministeriais Setoriais e criar Conselhos de nível Ministerial;
- c) decidir sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores;
- d) adotar as diretrizes políticas para as relações com terceiros;

As reuniões ordinárias do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo

terão periodicidade anual. A pedido de um Estado Membro poderão ser convocadas reuniões extraordinárias, através da Presidência Pro Tempore, com o consenso de todos os Estados Membros da UNASUL.

Artigo 7

A Presidência Pro Tempore

A Presidência Pro Tempore da UNASUL será exercida sucessivamente por cada um dos Estados Membros, em ordem alfabética, por períodos anuais.

Suas atribuições são:

- a) preparar, convocar e presidir as reuniões dos órgãos da UNASUL;
- b) apresentar para consideração do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores e do Conselho de Delegadas e Delegados o Programa anual de atividades da UNASUL, com datas, sedes e agenda das reuniões de seus órgãos, em coordenação com a Secretaria Geral;
- c) representar a UNASUL em eventos internacionais, devendo a delegação ser previamente aprovada pelos Estados Membros;
- d) assumir compromissos e firmar Declarações com terceiros, com prévio consentimento dos órgãos correspondentes da UNASUL.

Artigo 8

O Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores

O Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores tem as seguintes atribuições:

- a) adotar Resoluções para implementar as Decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo;
- b) propor projetos de Decisões e preparar as reuniões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo;
- c) coordenar posicionamentos em temas centrais da integração sul-americana;
- d) desenvolver e promover o diálogo político e a concertação sobre temas de interesse regional e internacional;
- e) realizar o seguimento e a avaliação do proceso de integração em seu conjunto;
- f) aprovar o Programa anual de atividades e o orçamento anual de funcionamento da

UNASUL;

- g) aprovar o financiamento das iniciativas comuns da UNASUL;
- h) implementar as diretrizes políticas nas relações com terceiros;
- i) aprovar resoluções e regulamentos de caráter institucional ou sobre outros temas que sejam de sua competência;
- j) criar Grupos de Trabalho no marco das prioridades fixadas pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo.

As reuniões ordinárias do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores terão periodicidade semestral, podendo a Presidência Pro Tempore convocar reuniões extraordinárias a pedido de metade dos Estados Membros.

Artigo 9

O Conselho de Delegadas e Delegados

O Conselho de Delegadas e Delegados tem as seguintes atribuições:

- a) implementar, mediante a adoção das Disposições pertinentes, as Decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo e as Resoluções do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, com o apoio da Presidência Pro Tempore e da Secretaria Geral;
- b) preparar as reuniões do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores;
- c) elaborar projetos de Decisões, Resoluções e Regulamentos para a consideração do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores;
- d) compatibilizar e coordenar as iniciativas da UNASUL com outros processos de integração regional e sub-regional vigentes, com a finalidade de promover a complementaridade de esforços;
- e) conformar, coordenar e dar seguimento aos Grupos de Trabalho;
- f) dar seguimento ao diálogo político e à concertação sobre temas de interesse regional e internacional;
- g) promover os espaços de diálogo que favoreçam a participação cidadã no processo de integração sul-americana;
- h) propor ao Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores o projeto de

orçamento ordinário anual de funcionamento para sua consideração e aprovação.

O Conselho de Delegadas e Delegados é formado por uma ou um representante acreditado(a) por cada Estado Membro. Reúne-se com periodicidade preferencialmente bimestral, no território do Estado que exerce a Presidência Pro Tempore ou outro lugar que se acorde.

Artigo 10

A Secretaria Geral

A Secretaria Geral é o órgão que, sob a condução do Secretário Geral, executa os mandatos que lhe conferem os órgãos da UNASUL e exerce sua representação por delegação expressa dos mesmos. Tem sua sede em Quito, Equador.

Suas atribuições são:

- a) apoiar o Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, o Conselho de Delegadas e Delegados e a Presidência Pro Tempore no cumprimento de suas funções;
- b) propor iniciativas e efetuar o seguimento das diretrizes dos órgãos da UNASUL;
- c) participar com direito a voz e exercer a função de secretaria nas reuniões dos órgãos da UNASUL;
- d) preparar e apresentar a Memória Anual e os informes respectivos aos órgãos correspondentes da UNASUL;
- e) servir como depositário dos Acordos no âmbito da UNASUL e disponibilizar sua publicação correspondente;
- f) preparar o projeto de orçamento anual para a consideração do Conselho de Delegadas e Delegados e adotar as medidas necessárias para sua boa gestão e execução;
- g) preparar os projetos de Regulamento para o funcionamento da Secretaria Geral e submetê-los à consideração e aprovação dos órgãos correspondentes;
- h) coordenar-se com outras entidades de integração e cooperação latino-americanas e caribenhas para o desenvolvimento das atividades que lhe encomendem os órgãos da UNASUL;
- i) celebrar, de acordo com os regulamentos, todos os atos jurídicos necessários para a boa administração e gestão da Secretaria Geral.

O Secretário Geral será designado pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo com base em proposta do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, por um período de dois anos, renovável apenas uma vez. O Secretário Geral não poderá ser sucedido por uma pessoa da mesma nacionalidade. Durante o exercício de suas funções, o Secretário Geral e os funcionários da Secretaria terão dedicação exclusiva, não solicitarão nem receberão instruções de nenhum Governo, nem de entidade alheia à UNASUL, e se absterão de atuar de forma incompatível com sua condição de funcionários internacionais responsáveis unicamente perante esta organização internacional.

O Secretário Geral exerce a representação legal da Secretaria Geral.

Na seleção dos funcionários da Secretaria Geral será garantida uma representação equitativa entre os Estados Membros, levando-se em conta, na medida do possível, critérios de gênero, de idiomas, étnicos e outros.

Artigo 11

Fontes Jurídicas

As fontes jurídicas da UNASUL são as seguintes:

1. O Tratado Constitutivo da UNASUL e os demais instrumentos adicionais;
2. Os Acordos que celebrem os Estados Membros da UNASUL com base nos instrumentos mencionados no parágrafo precedente;
3. As Decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo;
4. As Resoluções do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, e
5. As Disposições do Conselho de Delegadas e Delegados.

Artigo 12

Aprovação da Normativa

Toda a normativa da UNASUL será adotada por consenso.

As Decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, as Resoluções do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores e as Disposições do Conselho de Delegadas e Delegados poderão ser adotadas estando presentes ao menos três quartos (3/4) dos Estados Membros.

As Decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo e as

Resoluções do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores acordadas sem a presença de todos os Estados Membros deverão ser objeto de consultas do Secretário Geral dirigidas aos Estados ausentes, que deverão pronunciar-se em um prazo máximo de trinta (30) dias corridos, a contar do recebimento do documento no idioma correspondente. No caso do Conselho de Delegadas e Delegados, esse prazo será de quinze (15) dias.

Os Grupos de Trabalho poderão realizar sessão e apresentar propostas sempre que o quorum das reuniões seja de metade mais um dos Estados Membros.

Os atos normativos emanados dos órgãos da UNASUL serão obrigatórios para os Estados Membros uma vez que tenham sido incorporados no ordenamento jurídico de cada um deles, de acordo com seus respectivos procedimentos internos.

Artigo 13

Adoção de Políticas e Criação de Instituições, Organizações e Programas

Um ou mais Estados Membros poderão submeter à consideração do Conselho de Delegadas e Delegados propostas de adoção de políticas e de criação de instituições, organizações ou programas comuns para serem adotados por consenso, com base em critérios flexíveis e graduais de implementação, segundo os objetivos da UNASUL e o disposto nos Artigos 5 e 12 do presente Tratado.

No caso de programas, instituições ou organizações em que participem Estados Membros antes da entrada em vigor deste Tratado, poderão ser considerados como programas, instituições ou organizações da UNASUL de acordo com os procedimentos assinalados neste Artigo e em consonância com os objetivos deste Tratado.

As propostas serão apresentadas ao Conselho de Delegadas e Delegados. Uma vez aprovadas por consenso, serão remetidas ao Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores e, subsequente, ao Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, para aprovação por consenso. Quando uma proposta não for objeto de consenso, a mesma só poderá ser novamente submetida ao Conselho de Delegadas e Delegados seis meses após sua última inclusão na agenda.

Aprovada uma proposta pela instância máxima da UNASUL, três ou mais Estados Membros poderão iniciar seu desenvolvimento, sempre e quando se assegurem

tanto a possibilidade de incorporação de outros Estados Membros, quanto a informação periódica sobre seus avanços ao Conselho de Delegadas e Delegados.

Qualquer Estado Membro poderá eximir-se de aplicar total ou parcialmente uma política aprovada, seja por tempo definido ou indefinido, sem que isso impeça sua posterior incorporação total ou parcial àquela política. No caso das instituições, organizações ou programas que sejam criados, qualquer dos Estados Membros poderá participar como observador ou eximir-se total ou parcialmente de participar por tempo definido ou indefinido.

A adoção de políticas e a criação de instituições, organizações e programas será regulamentada pelo Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, com base em proposta do Conselho de Delegadas e Delegados.

Artigo 14

Diálogo Político

A concertação política entre os Estados Membros da UNASUL será um fator de harmonia e respeito mútuo que afiance a estabilidade regional e sustente a preservação dos valores democráticos e a promoção dos direitos humanos.

Os Estados Membros reforçarão a prática de construção de consensos no que se refere aos temas centrais da agenda internacional e promoverão iniciativas que afirmem a identidade da região como um fator dinâmico nas relações internacionais.

Artigo 15

Relações com Terceiros

A UNASUL promoverá iniciativas de diálogo sobre temas de interesse regional ou internacional e buscará consolidar mecanismos de cooperação com outros grupos regionais, Estados e outras entidades com personalidade jurídica internacional, priorizando projetos nas áreas de energia, financiamento, infra-estrutura, políticas sociais, educação e outras a serem definidas.

O Conselho de Delegadas e Delegados é o responsável por dar seguimento às atividades de implementação com o apoio da Presidência Pro Tempore e da Secretaria Geral. Com o propósito de assegurar adequada coordenação, o Conselho de Delegadas e Delegados deverá conhecer e considerar expressamente as

posições que sustentará a UNASUL em seu relacionamento com terceiros.

Artigo 16

Financiamento

O Conselho de Delegadas e Delegados proporá ao Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, para consideração e aprovação, o Projeto de Orçamento ordinário anual de funcionamento da Secretaria Geral.

O financiamento do orçamento ordinário de funcionamento da Secretaria Geral será realizado com base em cotas diferenciadas dos Estados Membros a serem determinadas por Resolução do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, por proposta do Conselho de Delegadas e Delegados, levando em conta a capacidade econômica dos Estados Membros, a responsabilidade comum e o princípio da equidade.

Artigo 17

Parlamento

A formação de um Parlamento Sul-americano com sede na cidade de Cochabamba, Bolívia, será matéria de um Protocolo Adicional ao presente Tratado.

Artigo 18

Participação Cidadã

Será promovida a participação plena da cidadania no processo de integração e união sul-americanas, por meio do diálogo e da interação ampla, democrática, transparente, pluralista, diversa e independente com os diversos atores sociais, estabelecendo canais efetivos de informação, consulta e seguimento nas diferentes instâncias da UNASUL.

Os Estados Membros e os órgãos da UNASUL gerarão mecanismos e espaços inovadores que incentivem a discussão dos diferentes temas, garantindo que as propostas que tenham sido apresentadas pela cidadania recebam adequada consideração e resposta.

Artigo 19

Estados Associados

Os demais Estados da América Latina e do Caribe que solicitem sua participação como Estados Associados da UNASUL poderão ser admitidos com a aprovação do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo. Os direitos e obrigações dos Estados Associados serão objeto de regulamentação por parte do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores.

Artigo 20

Adesão de Novos Membros

A partir do quinto ano da entrada em vigor do presente Tratado e levando em conta o propósito de fortalecer a unidade da América Latina e do Caribe, o Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo poderá examinar solicitações de adesão como Estados Membros por parte de Estados Associados que tenham esse status por quatro (4) anos, mediante recomendação por consenso do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores. Os respectivos Protocolos de Adesão entrarão em vigor aos 30 dias da data em que se complete seu processo de ratificação por todos os Estados Membros e o Estado Aderente.

Artigo 21

Solução de Controvérsias

As controvérsias que puderem surgir entre Estados Partes a respeito da interpretação ou aplicação das disposições do presente Tratado Constitutivo serão resolvidas mediante negociações diretas.

Em caso de não se alcançar uma solução mediante a negociação direta, os referidos Estados Membros submeterão a controvérsia à consideração do Conselho de Delegadas e Delegados, o qual, dentro de 60 dias de seu recebimento, formulará as recomendações pertinentes para sua solução.

No caso de não se alcançar uma solução, essa instância elevará a controvérsia ao Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, para consideração em sua próxima reunião.

Artigo 22

Imunidades e Privilégios

A UNASUL gozará, no território de cada um dos Estados Membros, dos privilégios e imunidades necessários para a realização de seus propósitos.

Os representantes dos Estados Membros e os funcionários internacionais da UNASUL igualmente gozarão dos privilégios e imunidades necessários para desempenhar com independência suas funções relacionadas a este Tratado.

A UNASUL celebrará com a República do Equador o correspondente Acordo de Sede, que estabelecerá os privilégios e imunidades específicos.

Artigo 23

Idiomas

Os idiomas oficiais da União de Nações Sul-americanas serão o português, o castelhano, o inglês e o neerlandês.

Artigo 24

Duração e Denúncia

O presente Tratado Constitutivo terá duração indefinida. Poderá ser denunciado por qualquer dos Estados Membros mediante notificação escrita ao Depositário, que comunicará a denúncia aos demais Estados Membros.

A denúncia surtirá efeito uma vez transcorrido o prazo de seis (6) meses da data em que a notificação tenha sido recebida pelo Depositário.

A notificação de denúncia não eximirá o Estado Membro da obrigação de pagar as contribuições ordinárias que estiveram pendentes.

Artigo 25

Emendas

Qualquer Estado Membro poderá propor emendas ao presente Tratado Constitutivo. As propostas de emenda serão comunicadas à Secretaria Peral, que as notificará aos Estados Membros para sua consideração pelos órgãos da UNASUL.

As emendas aprovadas pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo seguirão o procedimento estabelecido no Artigo 26 para sua posterior entrada em vigor.

Artigo 26

Entrada em Vigor

O presente Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-americanas entrará em vigor trinta dias após a data de recepção do nono (9º) instrumento de ratificação.

Os instrumentos de ratificação serão depositados perante o Governo da República do Equador, que comunicará a data de depósito aos demais Estados Membros, assim como a data de entrada em vigor do presente Tratado Constitutivo.

Para o Estado Membro que ratifique o Tratado Constitutivo após haver sido depositado o nono instrumento de ratificação, o mesmo entrará em vigor trinta dias após a data em que esse Estado Membro tenha depositado seu instrumento de ratificação.

Artigo 27

Registro

O presente Tratado Constitutivo e suas emendas serão registrados perante a Secretaria da Organização das Nações Unidas.

Artigo Transitório

As Partes acordam designar uma Comissão Especial, que será coordenada pelo Conselho de Delegadas e Delegados e será integrada por representantes dos Parlamentos Nacionais, Sub-regionais e Regionais com o objetivo de elaborar um Projeto de Protocolo Adicional que será considerado na IV Cúpula de Chefas e Chefes de Estado e de Governo. Essa Comissão se reunirá na cidade de Cochabamba. Esse Protocolo Adicional estabelecerá a composição, as atribuições e o funcionamento do Parlamento Sul-americano.

Feito em Brasília, República Federativa do Brasil, no dia 23 de maio de 2008, em originais nos idiomas português, castelhano, inglês e neerlandês, sendo os quatro textos igualmente autênticos.